



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

### ACTA DA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DE 2015 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA REALIZADA A TRINTA DE SETEMBRO DE DOIS MIL E QUINZE

Acta nº 4/2015

Aprovada em 29/04/2016

No dia trinta de Setembro de dois mil e quinze teve lugar no salão Nobre dos Paços do Município de Coimbra a quarta sessão ordinária de 2015 da Assembleia Municipal de Coimbra, convocada com a seguinte Ordem de Trabalhos:

#### I – ABERTURA DOS TRABALHOS. INFORMAÇÕES DO PRESIDENTE

#### II - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

- 1 – Intervenções do Público
- 2 – Intervenções dos Deputados Municipais

#### III - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- 1 - Intervenção do Presidente da Câmara;
- 2 – Parque Tecnológico de Coimbra – 2ª fase – 1ª rectificação da declaração de utilidade pública – zona 1 do processo de expropriação das parcelas necessárias à obra de construção;
- 3 – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas – situação económica financeira do Município de Coimbra referente ao 1º semestre;
- 4 – Património da Assembleia Distrital de Coimbra, afectado à CIM-Região de Coimbra, pelo despacho 3778/2015 de 18 de Março, do Secretário de Estado da Administração Local - Avaliação patrimonial e legal da situação criada;
- 5– Ata da sessão de 29.abril.2015

Participaram nesta sessão os seguintes deputados municipais:

#### Grupo Municipal Partido Socialista (PS):

##### Eleitos directos

Luís Marinho, Ferreira da Silva, Isabel Vargues, Maria do Céu Fialho, Mário Carvalho, Rosa Isabel, António Sequeira, Ângela Correia, Nuno Reis, André Pereira, Isabel Garcia, Horácio Santiago, José Cortesão.

**Presidentes de Junta de Freguesia** António Coelho, João Marques, Fernando Santos, José Salgado, Paulo Cardoso, Diamantino Jorge, Fernando Abel, Manuel Veloso e Jorge Veloso

#### Grupo Municipal “Por Coimbra” (PPD/PSD/PPM/MPT):

##### Eleitos directos

Helena Moura Ramos, Nuno Freitas, Alexandre Barros, Rui Campos, Rui Marques, Isabel Agreira, Júlio Gaudêncio, António Oliveira.

**Presidentes de Junta de Freguesia:** José Simão, Pedro Abreu, Hélder Rodrigues, José Filipe e Ricardo Rodrigues.

#### Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária (CDU):



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

### **Eleitos directos**

Manuel Rocha, Jorge Seabra, Paulo Coelho, Isabel Melo e Joana Dourado.

### **Presidentes de Juntas de Freguesia:**

Vitor Carvalho, José Pimenta e Jorge Mendes.

### **Grupo Municipal Cidadãos Por Coimbra (CpC):**

#### **Eleitos directos**

José Reis, Leonor Barata, José Bandeirinha e Catarina Martins.

### **Grupo Municipal Partido Popular (CDS/PP):**

#### **Eleitos directos**

Sampaio e Nora

### **Presidente de Junta de Freguesia:**

Rui Soares

### **Presenças da Câmara Municipal**

Além do Presidente da Câmara Manuel Machado estiveram presentes a Vice-Presidente Rosa Reis Marques, os vereadores Carlos Cidade, Jorge Alves, Carina Gomes, Barbosa de Melo, Francisco Queiroz, Raimundo Mendes da Silva, José Belo e Ferreira da Silva.

### **Mesa:**

Presidiu a sessão o Presidente da Assembleia Municipal Luís Marinho que foi secretariado por Helena Moura Ramos, como Primeira Secretária e Vitor Carvalho como Segundo Secretário.

**O Presidente da Mesa da Assembleia** iniciou a sessão quando eram quinze horas.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos seguintes pedidos de renúncia de mandato, nos termos do artigo 13º e do nº 1 do artigo 145º do Regimento da Assembleia Municipal – mandato 2013-2017, revisto e aprovado em Sessão Ordinária de 29 de Abril de 2015 e, nos termos da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, bem com os pedidos de suspensão de mandatos nos termos do artigo 78º da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro:

### **Grupo Municipal Partido Socialista (PS):**

Deputado municipal **André Oliveira**, pedido de *renúncia de mandato*, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **Horácio Santiago**;

Deputado municipal **Manuel Milagre**, pedido de *suspensão de mandato*, pelo período de 6 meses, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **José Cortesão**;

### **Grupo Municipal “Por Coimbra” (PPD/PSD/PPM/MPT):**

Deputado municipal **Maló de Abreu**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pela Deputada Municipal **Verónica Mendes**, *que não compareceu*;

Deputado municipal **Manuel Rebanda**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **Júlio Gaudêncio**;

Deputado municipal **Pignatelli Queiróz**, por *falecimento*, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **António Oliveira**;



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Deputado municipal **Ana Janine**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituída, pela Deputada Municipal **Cristina Agreira**;

Deputada municipal **Joana Martins**, pedido de *renúncia de mandato*, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal **Rui Marques**;

Deputado municipal **Dino Alves**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal **Tiago Fidalgo**;

Deputado municipal **Tiago Fidalgo**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **Rafael Figueiredo**, *que não compareceu*;

Deputado municipal **Manuel de Oliveira**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **Pedro Abreu**;

### **Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária (CDU):**

Deputado municipal **Pinto Ângelo**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pela Deputada Municipal **Isabel Melo**;

Deputada municipal **Isabel Fonseca**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituída, pela Deputada Municipal **Joana Dourado**;

Todas as substituições foram efectuadas nos termos do nº 1 artigo 79º da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, bem como nos termos do artigo 13º e, do nº 1 do artigo 145º do Regimento da Assembleia Municipal.

**O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** abriu a sessão informando estarem abertas as inscrições para o “*Período de Antes da Ordem do Dia*”.

## **I – ABERTURA DOS TRABALHOS - INFORMAÇÕES DO PRESIDENTE**

### **Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal:**

Fundamentalmente, temos hoje uma singularidade, não muito comum nas nossas assembleias, que são dois pedidos de “**Intervenção do Público**”, que representam interesses de instituições relevantes da cidade e que eu e a Mesa, achamos por bem, trazer ao vosso conhecimento e facultar-lhes a possibilidade de intervirem nesta parte da “*Ordem de Trabalhos*”.

Posta à votação a “*Ordem de Trabalhos*” e não havendo oposição a esta, vamos dar início à sessão.

Antes de começarmos eu gostaria de dizer duas coisas muito breves: a primeira que faço é com mágoa, com pesar e com tristeza. É de sublinhar e lembrar, que é primeira vez que vamos fazer uma assembleia, sem a presença do nosso querido colega Pignatelli Queiróz.

Em nome da Mesa e em vosso nome também, queria pedir um minuto de silêncio, em memória do Dr. Pignatelli Queiróz.

Informo também, que o Dr. Pignatelli Queiróz foi substituído pelo Deputado Municipal António Cabral de Oliveira. Temos também o pedido de duas renúncias: o Deputado Municipal André Oliveira, que foi substituído pelo Deputado Municipal Horácio Santiago e, da Deputada Municipal Joana Martins, que foi substituída pelo Deputado Municipal Rui Marques que já tomaram posse dos respectivos mandatos.

Temos dois pedidos de “*Intervenção do Público*” que nos trazem preocupações gerais e colectivas e também municipais e, por achar que eram pedidos meritórios, vou dar-lhes a palavra.

## **II - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

### 1 Intervenções do Público

#### 1.1 Intervenção de David Machado, membro da Assembleia Geral da Associação das Repúblicas de Coimbra:

##### *Petição para processo de classificação das Repúblicas de Coimbra a Património Cultural Imaterial de Interesse Municipal*

“Vimos, no exercício do direito de petição, expor e requerer o seguinte:

Bem que se pretende classificar compreende um conjunto de edifícios cuja história está ou esteve *intimamente associada à instituição académica, quer participando no processo de produção e divulgação de conhecimento, quer contribuindo para a construção das tradições culturais e identitárias singulares.*

(...)

*As várias repúblicas universitárias, com origens seculares, ganham somente no século XIX, provavelmente em consequência do encerramento dos colégios, configuração próxima da actual. Constituem um dos aspectos mais característicos da vivência própria da comunidade estudantil, ao compartilharem não só um espaço, mas sobretudo, ideais de cultura, conhecimento científico e camaradagem, constituindo-se numa das tradições mais mediáticas da Universidade de Coimbra.*

Foram estas algumas das palavras que enformaram a apresentação da candidatura da Universidade de Coimbra, Alta e Sofia como Património Mundial da Humanidade. Palavras que, pelo contexto, poderiam facilmente ser adaptadas a uma candidatura diferente. Nela, contemplam-se as Repúblicas de Coimbra enquanto testemunhos com valor de civilização ou de cultura de interesse cultural relevante, um bem que reflecte valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, e singularidade. São estes, de igual forma, alguns dos padrões insculpidos na Lei de Bases do Património Cultural Português (Lei nº 107/2001, de 08 de Setembro).

Como é reconhecidamente consabido, as Repúblicas de Coimbra são lugares ímpares com um lastro histórico, social, cultural e material e imaterial a realçar e a preservar. São, nas palavras de Miguel Cardina, *uma tradição democrática e contestatária, na qual se cruzaram a irreverência juvenil, a renovação cultural e a crítica política*" ou ainda, segundo o Gabinete de Arqueologia, Arte e História da Câmara Municipal de Coimbra, *verdadeiras comunidades de substituição, lares de alternativa aos deixados na terra natal as quais vão mais além do que as outras casas de estudantes ou residências universitárias, representando a forma tradicional da vida académica de Coimbra, com tudo o que isso implica, da boémia às questões ideológicas.*

No entretanto, a Nova Lei do Arrendamento Urbano (Lei nº 6/2006, de 27 de Fevereiro) veio ameaçar fortemente a integridade e a continuidade das Repúblicas de Coimbra, que torna mais rápidos os despejos e facilita a renegociação dos contratos antigos. Recentemente, o deputado Rui Duarte solicitou ao Secretário de Estado da Cultura a marcação de uma reunião de trabalho, com carácter de urgência, *com vista a discutir soluções objectivas que respondam rápida e efectivamente à preocupante situação que as Repúblicas de Estudantes de Coimbra atravessam.* Com efeito, o Novo Regime do Arrendamento Urbano colocou, de forma incauta, as Repúblicas de Coimbra num perigoso estado terminal.

Nestes termos:

a) A Unesco — Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura aprovou, em 2003, a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, que foi ratificada pela República Portuguesa em 26 de Março de 2008, e cujo objectivo é salvaguardar o património cultural material e fomentar o respeito pelo património cultural imaterial das comunidades, dos grupos e dos indivíduos.

b) A Convenção reconhece que as comunidades, os grupos e os indivíduos desempenham um papel importante na produção, salvaguarda, manutenção e recriação do património cultural imaterial, contribuindo, desse modo, para o enriquecimento da diversidade cultural e da criatividade humana.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- c) Por outro lado, a Constituição da República Portuguesa dispõe, no seu artigo 78º, que incumbe ao Estado promover a salvaguarda e a valorização do património cultural, tornando-o elemento vivificador da identidade cultural comum.
- d) Com efeito, é tarefa, mas também dever do poder central e local reconhecer, salvaguardar e valorizar as diferentes expressões culturais existentes por todo o país, não se confundindo tal tarefa ou dever com a criação, por parte do Estado, de nova ou diferentes manifestações culturais, nem com imposições de umas em detrimento de outras.
- e) As Repúblicas de Coimbra são, indiscutivelmente e nas suas diversas manifestações, parte integrante do património da cultura imaterial portuguesa, remontando as suas origens para a época de D. Dinis: *A República de Coimbra* é, talvez, a mais antiga e genuína das instituições universitárias portuguesas, reportando-se as suas raízes à época medieval e ao acto de estabelecimento de *Estudo Geral* em Coimbra.” (Artur Ribeiro, do Museu Académico).
- f) Em particular, as Repúblicas assumem, no município de Coimbra, uma muito relevante importância histórica, cultural, social e urbanística.
- g) É inegável que em Coimbra as Repúblicas fazem parte dos costumes da cidade, sendo que os Centenários, nos quais participam a Cidade inteira, estudantes e não estudantes, constituem a maior manifestação de comunidade e dos laços interpessoais e geracionais que a constituem, contribuindo assim para a criação e para a manutenção de um elemento vivificador comum.
- h) Por outro lado, as Repúblicas de estudantes fomentam, de sobre maneira, o desenvolvimento turístico do Município de Coimbra, permitindo difundir a cultura, promover valores, costumes e tradições, adquirindo assim um inestimável valor para os Municípios. Na verdade, graças às Repúblicas de Coimbra, centenas de gerações de estudantes puderam estudar e estar em Coimbra, muitos dos quais constituem ou constituíram figuras de elevado vulto histórico, político, social e artístico, com o conseqüente efeito de disseminação das mais-valias enquanto concelho que uma vez conhecidas, sofrem um efeito multiplicador apreciável. Por elas passaram nomes como José Afonso, José Mário Branco, Orlando de Carvalho, Luzio Vaz, Marinho e Pinto, Alberto Martins, Adriano Correia de Oliveira, António de Almeida Santos, Vinícius de Moraes, Christian Barnard, Herberto Helder, Celso Cruzzeiro, Alberto João Jardim, Celestino Costa e ainda convidados como Miguel Torga, Erico Veríssimo, Marcel Marceau, José Ramos Horta, Jorge Amado, Vital Moreira, entre outros.
- i) Ademais, as Repúblicas de Coimbra foram elemento fundamental da tradição estudantil até à década de 1950/60, tendo inclusive assumido as lides dirigentes na Associação Académica de Coimbra, bem como participado na vanguarda das várias ondas contestatárias que marcaram o país, revelando-se um baluarte central de um outro tipo de tradição ainda hoje vigente. Hoje, muitas Repúblicas aderiram ao associativismo juvenil e desenvolvem actividades de cariz sócio-cultural e artística, entre outras.
- j) Finalmente, mas não menos importante, as Repúblicas consubstanciam e congregam *história viva*, em forma de arte e até arquitectura, com todas as fachadas e paredes recheadas de pinturas, cartazes, caricaturas, poesia, documentos históricos, frases políticas, praxistas ou referentes a eventos culturais, artísticos, políticos ou estudantis das várias gerações que por aí passaram. As Repúblicas de estudantes de Coimbra englobam um conjunto de tradições e expressões orais, de práticas sociais, rituais e ventos festivos, de conhecimentos e práticas relacionadas com a Academia e a Cidade que se encontram, desde há séculos, presentes e vivos no município de Coimbra. Como tal, e em conformidade com a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, ratificada pela República Portuguesa em 26 de Março de 2008, com o disposto no art. nº 78 da Constituição, bem como a Lei de Bases do Património Cultural Português, pedimos que a Assembleia Municipal de Coimbra reconheça e declare as Repúblicas de Coimbra Património Cultural Imaterial de Interesse Municipal.”



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

### 1.2 Intervenção do Dr. João Redondo – Psiquiatra e do Dr. Fernando Mendes - Psicólogo: *Projecto NOITE SAUDÁVEL em COIMBRA*

- Alguns dados relativos aos factores de risco/protectores na noite de Coimbra
- Apresentação de algumas propostas de estratégias, com vista à prevenção das problemáticas associadas à recreação nocturna.

#### **Palestrantes:**

*João Redondo*, psiquiatra, Coordenador do Centro de Prevenção e Tratamento do Trauma Psicogénico (CPTTP) do CRI de Psiquiatria e S. Mental (Director: Dr. Reis Marques), CHUC; Grupo Violência: Informação, Investigação, Intervenção; Rede Escola Contra a Violência.

*Fernando Mendes*, psicólogo, Divisão de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências – DICAD, Coimbra (Director: Dr. Rocha Almeida); Presidente da Representação Portuguesa do Instituto Europeu para o Estudo dos Factores de Risco (IREFREA-Portugal).

1. “Actualmente a RECREAÇÃO NOTURNA desempenha um papel importante na vida dos JOVENS e no desenvolvimento económico de qualquer comunidade mas tem, em várias situações, uma ligação intrínseca com a ruptura de hábitos saudáveis de vida e a associação a uma multiplicidade de outros factores de risco em áreas, como por exemplo:

A sexualidade, a violência, o consumo de álcool e outras substâncias e a condução rodoviária.

É fundamental que cada comunidade seja co-responsável na (re) definição de estratégias associadas a hábitos saudáveis de lazer. Partindo de orientações e recomendações nacionais e internacionais e da experiência de trabalho em rede desenvolvido na região de Coimbra, o **Centro de Prevenção e Tratamento do Trauma Psicogénico (CPTTP)**, e a representação **Portuguesa do Instituto Europeu para o Estudo dos Factores de Risco (IREFREA Portugal)** procuram, em parceria com outras organizações da nossa comunidade, investir na prevenção das problemáticas associadas à recreação nocturna.

Partindo do modelo ecológico -sistémico e (re) enquadrando o *problema* numa perspectiva de saúde pública e de trabalho em rede (multidisciplinar/multissectorial) nasce o projecto NOITE SAUDÁVEL EM COIMBRA, iniciativa que tem como principais objectivos estratégicos:

- a) Identificar/eliminar os factores de risco associados a situações potencialmente traumáticas (intencionais e não intencionais);
- b) Identificar e potenciar os factores protectores;
- c) Estimular/reforçar a resiliência comunitária.

2. As noites de Coimbra têm mudado ao longo dos anos, mudança associada ao natural crescimento da própria cidade, onde a comunidade estudantil/universidade têm tido um papel importante. Cruzam-se em Coimbra cada vez mais culturas e subculturas com estilos, vivências e necessidades diferenciadas. As festas ligadas ao universo académico, que não se esgotam apenas na *Queima das fitas* ou na *Semana de recepção ao caloiro*, determinam muito do calendário festivo e pesam na economia da cidade.

Tal como noutras cidades, Coimbra tem várias noites, animadas por distintos grupos, sob vários céus aonde podemos identificar uma noite oficial e um roteiro mais alternativo longe dos olhos da cidade e dos seus cidadãos. Em vários estudos desenvolvidos pelo IREFREA ao longo deste último ano em que a cidade de Coimbra tem sido envolvida, a par com mais outras nove cidades nacionais, percebemos como essa mudança tem acontecido e impacto desta no *espaço de lazer nocturno*. Da amostra recolhida em Coimbra (n= 437) (253 Homens e 184 Mulheres), com idades compreendidas entre os 16 e os 43 anos, em 2014, podemos verificar que:

- A maioria faz 2 saídas nas noites de fim-de-semana, passa entre 6 a 8 horas fora de casa e gasta em média entre 9 a 12 euros por saída.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Muitos dos frequentadores da noite reportam que **hoje existe mais violência e agressividade na noite** (60%), **mais embriaguezes** (70 %) e **maior consumo de drogas ilícitas** (43%).

- São ainda significativas as inúmeras situações de risco a que estes se expõem através de uso de viatura (por condução pelo próprio ou por terceiros) sob o efeito do álcool ou de outras substâncias ilícitas (45,5 %).
  - A falta de transportes públicos nocturnos alternativos é apontada como factor associado a certas condutas de risco. **17,6%**, reportam ter tido acidentes rodoviários, 21,4% ter ficado ferido por esse facto e 16,9% ter tido problemas com a polícia.
  - É também **muito alta a % dos indivíduos que afirmaram ter tido relações sexuais sob o efeito de álcool (64,8%)**.
  - **Cada vez mais as ruas e as praças da cidade se têm tornado *espaços de lazer alternativo onde os mais jovens se encontram para socializar e consumir***. A crise, o preço das bebidas e de entrada em certos estabelecimentos, a par de uma nova cultura de partilha mais jovem, tem trazido gente para estes espaços da cidade.
- 3 Visando cumprir os objectivos a que se propõe, e tendo em conta que estamos perante um conjunto de problemáticas que podemos prevenir, o projecto Noite Saudável em Coimbra tem vindo a investir:
- a) Ao **nível da prevenção primária**
- I Em acções de sensibilização dirigidas ao público em geral (com especial enfoque nos estudantes do secundário e do ensino superior).
- II Visando prevenir/minimizar as problemáticas já identificadas, e o impacto das mesmas, consideramos importante um maior investimento na sensibilização dos actores sociais cuja actividade profissional está associada à recreação nocturna na nossa cidade.
- III A partilha de experiências com outras cidades do mundo sobre com *fazer melhor* ao nível da prevenção/intervenção na área da recreação nocturna, representa outra das iniciativas onde pretendemos investir. Neste sentido importa registar que o IREFREA-Portugal organizou, em conjunto com a Universidade de Liverpool e o Centre for Public Health a **9ª Conferência Club Health**, que se realizou em Lisboa, nos dias 17 e 19 de Junho de 2015 onde também participámos. Estiveram representados 35 Países de todos os continentes. Este evento possibilitou contactos com profissionais de vários países do mundo; com o Município de Tarragona, Espanha - que desenvolve um projecto-piloto na área da intervenção em contextos recreativos - temos vindo a reforçar laços, de destacar que já foram efectuados contactos com este Município/Departamento de Prevenção em contextos recreativos visando a assinatura de um protocolo, com vista á partilha de experiências e saberes.
- b) Ao nível da intervenção, em situações que requerem cuidados especializados de saúde mental associados ao impacto da vivência traumática psicológica, o Centro de Prevenção e Tratamento do Trauma Psicogénico (CPTTP) representa uma das *portas de entrada* no sistema de saúde. Visando melhorar a acessibilidade da população estudantil ao CPTTP o Projecto Noite Saudável está a desenvolver estratégia com vista a alcançar esse objectivo. Relativamente às outras problemáticas de saúde outras respostas existem ao nível do CRI de Psiquiatria/Outros serviços do CHUC.
  - c) No âmbito da formação o projecto Noite Saudável tem prevista a organização de uma Conferência Internacional, tendo como público-alvo, os profissionais que representam potenciais interfaces na prevenção/resposta às problemáticas associados á recreação nocturna.
  - d) A par do trabalho que já vem sendo desenvolvido pelo IREFREA o projecto Noite Saudável procura reforçar o investimento ao nível da investigação, com vista a um conhecimento mais preciso dos factores de risco e dos factores protectores na noite da nossa cidade e à



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

implementação de estratégias mais adequadas às reais necessidades associadas às várias problemáticas identificadas.

Visando reflectir, avaliar e redefinir as estratégias adoptadas e reforçar o trabalho em rede (multidisciplinar/multisectorial) criámos um **Fórum**, cuja primeira sessão decorreu em Janeiro 2015. O(a)s vários(a)s palestrantes que participaram sublinharam as problemáticas também identificadas pela investigação - IREFREA (anteriormente referenciadas neste documento), e reforçaram a importância da prevenção (primária, secundária, terciária) e do trabalho em rede, para alcançar os objectivos definidos pelo projecto.

Consideramos que o apoio da Câmara Municipal de Coimbra e dos Grupos Parlamentares da Assembleia Municipal serão fundamentais para nos ajudar a reflectir e a implementar com maior efectividade os objectivos que nos propomos alcançar (e outros a propor), de modo a proporcionar uma noite saudável e divertida à comunidade coimbrã e a todo(a)s os que nos visitam”.

### **Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal:**

Senhores deputados, na linha daquilo que disse em relação à primeira circunstância, espero também que a Assembleia tome boa nota daquilo que nos foi aqui trazido, que se sensibilize, para este tipo de questões, e que também, em articulação com a Câmara Municipal, se possa dar resposta a algumas das preocupações que aqui foram deixadas pelo *Projecto NOITE SAUDÁVEL de COIMBRA*, agradecendo mais uma vez, aos Senhores Doutores João Redondo e Fernando Mendes pelo “*apor*” e sensibilização que trouxeram a esta Assembleia Municipal e o facto de terem escolhido a Assembleia Municipal, para apresentarem este Projecto.

Senhores deputados chegaram à Mesa duas Moções: uma do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Brasfemes, “*Contra o fecho da Extensão de Saúde de Brasfemes*”, e outra sobre a “*situação dos refugiados e imigrantes na Europa oriundos de várias regiões do continente africano e Médio Oriente*” que nos é apresentada pela CDU e que oportunamente serão discutidas e votadas.

## **2 Intervenções dos Deputados Municipais**

### **Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU):**

A quatro dias do acto de eleição da Assembleia da República, a Assembleia Municipal, não é, nem podia ser indiferente, às escolhas que hão-de produzir as políticas que muito inevitavelmente condicionar muitas das nossas decisões futuras. A legislatura que agora termina saldou-se por um violento ataque aos direitos dos trabalhadores, reformados e pensionistas, do micro e pequeno e médios empresários, desempregados. Um ataque a todos os cidadãos e sectores de actividades vítimas de políticas ditas, de austeridade, que apenas deixaram de fora o grande capital e o sector financeiro. Nós, deputados municipais, fomos testemunhas de todo o mal que se fez aos nossos co-cidadãos, mas também ao poder local, enquanto lugar de defesa primeira, da nossa gente e da nossa terra. Desde o sub financiamento do poder local, à redefinição economicista e desumana do mapa das freguesias, passando pelas limitações à autonomia das autarquias, vimos tudo! E sobre tudo isto, a nós autarcas e, às estruturas representativas das autarquias, ninguém perguntou nada! Vamos para este acto eleitoral, preocupados com a água, porque consideramos que o direito à água é inseparável do direito à vida! Continuaremos a lutar pela defesa da água pública, em Coimbra, como em qualquer lado, contra todos os projectos de transformar o direito a água, num negócio, seja pela privatização directa, seja pela privatização encapotada por concessões preparadas ao longo da última década. Estamos nesta luta eleitoral preocupados com destino do Ramal da Lousã, remetido ao abandono e à voracidade dos burocratas e das Transdeves. Preocupados, com os destinos dos nossos SMTUC, desprezados por todos os governos da chamada “*alternância*”. É nosso dever alertar para aquilo que poderá ser a repetição de uma forma de sucesso na privatização de um bem, que por ser de todos, é tão apetecível dos “*apenas de alguns*”. Os apenas poucos, que pretendem que o cidadão comum, confunda gestão,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

com apropriação. Hoje, está-se a investir nos SMTUC, que não seja para que amanhã, possa este bem ser entregue, nas mãos de um Metro Mondego, que é a única coisa que o novo transporte, não sabe senão ser estar parado. O tal Metro Mondego, que é a única coisa que, sendo imóvel gasta, que se farta. Que não seja, para que amanhã, venham estas ou outras Transdeves, juntar ao lucro resultante da morte do Ramal, a morte anunciada das linhas de percursos urbanos e suburbanos, menos lucrativos. A CDU entende, que o exercício da democracia compreende desde sempre, a dimensão institucional e a dimensão da luta de massas. Uma e outra, inseparáveis, indispensáveis à regulação dos abusos de quem se apodera de votos para realizarem políticas contrárias, às dos compromissos eleitorais. Por isso nos parece tão vazia, mas nociva, a lógica do voto, em personagens e não em políticas. Todos os aqui presentes conhecem a nossa disponibilidade, o nosso empenho, na defesa de Coimbra, por isso, nunca é demais renovar este compromisso, neste lugar de democracia.

### **Intervenção da deputada municipal Rosa Cruz (PS):**

Iniciou-se mais um ano lectivo!

O segundo, da responsabilidade deste executivo. Não podia deixar de vir aqui, assinalar a contínua aposta, feita nas áreas da educação, por este Executivo Municipal, um pilar fundamental de qualquer país desenvolvido. Algo que o governo, ainda em funções, se esqueceu ao longo de quatro anos. Sim! Porque nunca é demais dizer, que este Executivo vê a educação, ao contrário do governo, como um investimento e não, como uma despesa e que contribui activamente, nas suas competências municipais no domínio da educação, a assegurar a gratuitidade da escolaridade do primeiro ciclo do ensino básico e na componente educativa da educação pré-escolar, através de acções que visam dotar o restabelecimento da responsabilidade municipal dos meios físicos, humanos e financeiros necessários, ao cumprimento da referida gratuitidade. No ano lectivo que agora se iniciou, saliento, em relação às obras do parque escolar, o início da construção do Centro Escolar do Loreto, no montante de cerca de 1 milhão e 400 mil euros. Recordo, que esta obra esteve em vias de não avançar, devido aos longos meses de espera de um aval da DGEstE e que está a ter impactos efectivos no financiamento europeu desta obra. Em fase de conclusão, a intervenção na EB1 de S. Martinho do Bispo, com a requalificação geral de mais de 100 mil euros e que vem dar nova vida e condições, a um espaço que há minha reclamava por esta obra. A pequena, mas necessária intervenção na EB1 de S. Bartolomeu, permitindo que a insonorização, com a introdução de caixilharia e vidros duplos, para que haja um melhor funcionamento e assim, defendendo a escola do barulho oriundo da Avenida Fernão de Magalhães. A intervenção na EB1 e Jardim de Infância de Arzila, com a requalificação da sala polivalente, refeitório e sala de actividades de animação e apoio à família. A intervenção na EB1 de Antanhol, com novas caixilharias e adequação de espaço para refeitório, permitindo que os alunos almocem na escola evitando a sua deslocação a pé de 700m, num caminho que não dava segurança. Também a intervenção na EB1 da Conchada, com recursos próprios da Câmara. Pequenas reparações, mas que irão fazer toda a diferença aos alunos que a frequentam. Em suma, o maior número de escolas requalificadas e, o montante a executar em requalificação, superior maior ao ano lectivo anterior. Não posso também de deixar de referir a preocupação deste Executivo, em relação ao acompanhamento do dia-a-dia e do bem-estar na comunidade escolar, demonstrada na indicação de um técnico da Divisão da Educação e Acção Social, para o acompanhamento, no terreno, no funcionamento dos estabelecimentos da sua responsabilidade, seja em questões relacionadas com mobiliário, com obras, recursos humanos ou equipamentos efectuando uma a duas visitas por escola no período escolar e, com este acompanhamento permite um maior conhecimento dos problemas existentes e uma maior proximidade da Câmara Municipal, em relação às escolas. Sublinho também, a melhoria do controlo da gestão do fornecimento, da fiscalização, avaliação e monitorização de todo o processo, no domínio da segurança alimentar e do cumprimento das normas aplicáveis, que cabem ao Município, assegurado, por uma equipa interna e por uma equipa de acompanhamento, que fará 13 visitas por semana, que aumentará das 13 vistas por semana, feitas no ano transacto, para 16 vistas



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

por semana, este ano lectivo. No âmbito da acção social escolar, este ano e de forma inovadora, este Executivo decidiu oferecer os manuais escolares aos alunos dos escalões A e B, prevendo assim, apoiar cerca de 1450 alunos do 1º ciclo do ensino básico, algo que fará toda diferença, para as famílias que estão a passar por dificuldades, sendo que, o montante global de auxílios económicos para as famílias, em material escolar e manuais, actividades de completo curricular vai rondar os 91 mil euros. É de sublinhar também, a antecipação que, já no ano passado foi feita, em relação aos transportes escolares, com a medida que este Executivo tomou, em benefício das condições do passe escolar, ao colocar a distância mínima, entre a residência dos alunos e as escolas para 2 Km e não para, 3Km no exigido por lei. Também pela primeira vez, este Executivo fez um ajuste directo, mas com recurso a consulta pública, para os circuitos especiais, relativos aos alunos do 1º ciclo do ensino básico e aos alunos com necessidades educativas especiais, mostrando com este recurso à consulta pública, apesar do ajuste directo, uma maior transparência e procura da gestão do erário público e promovendo assim, uma maior qualidade no transporte a estes alunos. Isto são, algumas das muitas provas de que este Executivo continua a cumprir o que prometeu. Apoiar a famílias, apoio esse, bem visível nestas apostas na educação.

### **Intervenção do deputado municipal José Bandeirinha (CpC):**

Queria dar uma palavra antes do que me trás aqui hoje, para saudar esta Assembleia e os cidadãos que nos trouxeram os dois temas novos no “*Período Antes da Ordem do Dia*”. Queria saudar esses cidadãos e queria também saudar, os temas que nos trazem. São temas nobres de incidência real e efectiva, sobre a nossa cidade e penso que todos nós deveremos pensar, reflectir sobre eles, quer o caso das “repúblicas”, quer o caso da “Noite”:

Mas, dois temas me trazem aqui hoje, perante esta Assembleia. Dois temas, que muito embora se revistam de importâncias relativas diversas, partilham entre si, um destino comum. O primeiro é a questão do Orçamento Participativo. Em Julho de 2014, mais propriamente, no dia 15, esta Assembleia Municipal, deliberou por maioria, recomendar ao Executivo, a organização do processo tendente à consagração do orçamento participativo, em ordem à elaboração do orçamento de 2016. O orçamento participativo é uma prática de gestão autárquica, comum e transversal. Da direita à esquerda, todos os sectores políticos concordam que a participação cidadã reforça a democracia representativa. Não é um “*bicho-de-sete-cabeças*” da extrema-esquerda, como foi aqui, ligeiramente sugerida e, é de tal modo alastrado e transversal essa prática, que hoje o que se discute, no plano teórico, são medidas de prevenção contra os desvios populistas e eleitoralistas do orçamento participativo. A primeira pergunta que aqui deixo ao distinto executivo municipal de Coimbra, que já foi por diversas vezes formulada pelo Vereador José Augusto Ferreira da Silva, prende-se pois, com o tempo e o modo de aplicação das medidas tendentes à instauração do orçamento participativo, em 2016, ou seja como e quando pensa o executivo dar início a esta recomendação da Assembleia.

O segundo é um tema que nós, Cidadãos por Coimbra, reputamos como um dos assuntos mais importante, senão mesmo, o mais importante, em discussão no Município, desde que iniciámos este mandato, acerca de 2 anos atrás. Um tema de importância crucial, que a julgar, pelos últimos desfechos, o executivo tem vindo a tratar, como se fosse um caso de expediente comum, uma mera tarefa administrativa, que é necessária cumprir. Trata-se, como já se deve ter percebido do Plano Estratégico do Desenvolvimento Urbano, designado, PEDU e, eu pergunto: Porque que é que este Plano é importante? Mas, antes de responder a esta pergunta, deixem-me em primeiro lugar elogiar, o programa normativo mais geral que dá origem a estes planos, bem patente na introdução ao documento. Trata-se de um programa de valorização das cidades de média dimensão, que entraram nos últimos anos, em processo de recessão demográfica e de desenvolvimento urbano. Visa reforçar os serviços de utilização comum. Com os transportes e a mobilidade em primeiro plano. Visa redensificar e requalificar e os centros desertos, tal como nós, Cidadãos por Coimbra, temos vindo a preconizar para Coimbra, quer no executivo, quer nesta Assembleia, desde o primeiro momento. É



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

um programa que parece concebido e talhado, para esta cidade, para os seus principais problemas! Por outro lado, este programa normativo visa o desenvolvimento integrado da região urbana, em que nos inserimos, faz depender as principais decisões estratégicas de um plano mais vasto, para as áreas das CIM's, mas entendo que, a cidade que polariza, tem um papel dúplice, tem de influenciar o desenvolvimento da região, sim! Mas, e simultaneamente tem de o polarizar, tem de reforçar o seu núcleo. É absolutamente vital que a CIM entenda, que o reforço do núcleo é o reforço da própria CIM, caso contrário, é esforço perdido. Por um lado, este PEDU corresponderia a possibilidade de coordenar e de regular investimentos, para políticas urbanas no contexto de uma cidade e de uma região, carentes desse investimento, tanto quanto, dessa coordenação. Por outro lado, corresponderia à última possibilidade de afirmação desta cidade no plano da Rede Urbana Nacional e também, por mais que legítima ambição histórica, sua, da Rede Urbana Europeia. Mas isso, infelizmente, não vai acontecer! Uma análise detalhada das razões pelas quais isso não vai acontecer, não cabe de modo algum, nestes 5 escassos minutos que o novo Regulamento Municipal nos concede a nós, Cidadãos por Coimbra. Deixarei qui apenas, as grandes ordens de argumentos que nos levam a constatá-lo: O documento que apareceu há algumas semanas a circular no executivo, é um documento genérico, acerca de uma possibilidade amorfa e banal de Coimbra vir a ter um desenvolvimento urbano consentâneo, com a sua dimensão histórica e cultural. Adiciona um conjunto de medidas, tendencialmente avulsas, extensíveis a qualquer aglomerado urbano e também nesse sentido, vulgares e genéricas. As únicas de entre essas medidas que se podem considerar contextuais, isto é, próprias desta cidade e das suas características urbanas, correspondem a ideias soltas de qualquer estratégia, a visões casuísticas sobre parcelas específicas do território, de um território sobre o qual, qualquer um de nós, pode, numa ou noutra circunstância, sonhar sobre isto ou sobre aquilo. Não tem nada de mal, a não ser poderem a vir a ser concretizadas e então caírem abruptamente “dentro de saco roto” da possibilidade, insisto, da última possibilidade que Coimbra tem de se afirmar, nos planos nacional e internacional. São desta ordem de medidas, o eléctrico antigo a conduzir dois turistas estupefactos, em direcção à Rotunda das Lágrimas, na terça-feira, ao fim da manhã. Eu também tenho direito às minhas visões, desculpem! Bem como, a imensidão injustificada de ciclovias inseridas na malha urbana existente. Só estas duas medidas ou por outra, o montante investido nestas duas simples medidas, por si só, dava para construir as infraestruturas necessárias à inserção do eléctrico rápido, urbano, moderno, mas linhas urbanas da Rede em “T”, ou seja, Portela – Estação Velha e Bota Abaixo – Hospital. Dava para iniciar as obras de potenciais mais rentáveis desta rede. Dava para aquela medida que teria realmente capacidade, para contribuir para a reedificação do centro. São cerca de 26 milhões de euros, no total.

Isso sim, meus Senhores e minhas Senhoras!

Isso seria verdadeiramente estratégico e futurante. São muitos e muitos presentes, os indicadores que neste documento nos levam à triste contestação que estamos em fase de uma oportunidade perdida. Não há qui tempo para os elencar, mas desde já nos disponibilizamos, nós Cidadãos por Coimbra, a integrar uma discussão aberta e participada, acerca deste conjunto de medidas, que se pretende chamar Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano. O problema é que desta vez não se trata de uma oportunidade qualquer! Trata-se de uma oportunidade, bem adaptada à nossa realidade urbana. Talvez a última! Quero terminar, ao contrário do que ditam os preceitos da retórica, ou seja com alguns elogios a algumas destas medidas! Quero elogiar, a nova ponte proposta para o centro, embora, ela esteja intensamente dependente dos planos, para uma e outra margem; quero elogiar, a localização dos inter faces de transportes, embora as verbas envolvidas, só dêem para pintar as fachadas nos existentes; quero elogiar a intensão de criar a bilhética integrada dos transportes em comum, embora me pareça que vamos investir numa bilhética integrada, para uma rede desintegrada; quero louvar a intensão de projectar e construir os “Caminhos de Fátima e de Santiago”. É uma medida nobre e digna, sem dúvida, mas está absolutamente dependente do modo como irão ser feitos! Que mais-valias



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

funcionais, paisagísticas e turísticas, exactamente por esta ordem, nos podem trazer? Esses caminhos, os “*Caminhos de Fátima e de Santiago*” alternativos à cidade, como de resto todos os outros propostos, não se fazem caminhando.

Hoje venho aqui fazer um apelo ao Senhor Presidente da Câmara, que é o seguinte: no domingo vai haver eleições e temos muitas pessoas a telefonar para a Junta de Freguesia para saberem se havia ambulâncias para irmos buscá-las a casa porque estão acamados. Telefonei para os Sapadores a perguntar se haviam algumas ambulâncias, como houve outrora, disseram “*que não tinham ordens nem esses serviços*”. Telefonei para os Voluntários, ...”disseram que sim senhor, que faziam esse serviço, mas disseram “*que não tinham horário para o fazer*” para a pessoa ou pessoas que a junta reclamava e até, a pagar. Também queria apelar ao Senhor Presidente para quando nós solicitamos alguma coisa para o seu email pessoal, que nos desse resposta. Ou sim ou não! Como foi o caso recente da situação dos Escuteiros.

### **Intervenção do Presidente Freguesia de Brasfemes:**

#### **MOÇÃO**

#### ***Contra o fecho da Extensão de Saúde de Brasfemes***

*Brasfemes, freguesia do concelho de Coimbra tem uma população de cerca de 2100 habitantes, sendo que destes cerca de 50% são idosos com mais de 60 anos, com sérias carências económicas e acesso a transportes públicos, dificuldades essas, que se vêem agravadas, após o encerramento da Extensão de Saúde de Brasfemes que se encontrava em funcionamento desde 1986.*

*A Junta de Freguesia de Brasfemes, bem como os utentes da Extensão de Saúde de Brasfemes, foram informados do fecho da Extensão de Saúde de Brasfemes, consequente “deslocalização” dos serviços de saúde para a sede da Unidade de Saúde Familiar de Eiras.*

*É pois vontade da população da Freguesia a reabertura da Extensão de Saúde de Brasfemes com atendimento médico e cuidados de enfermagem diários.*

*Os Cuidados de Saúde Primários, através da rede existente em Portugal de Centros de Saúde e Extensões de Saúde, são o primeiro contacto com o Sistema Nacional de Saúde.*

*Cabe ao Estado, “garantir o acesso de todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica, aos cuidados da medicina preventiva, curativa e de reabilitação”.*

*cfr. artº 640 da Constituição da República Portuguesa*

*A Constituição da República Portuguesa tem sido ignorada pelo actual Governo e tem levado ao encerramento dos serviços de proximidade (Tribunais, Serviços de Finanças, freguesias e Centros de Saúde), como é disso exemplo, o fecho da Extensão de Saúde de Brasfemes, restringindo e dificultando, neste caso, a acessibilidade ao SNS aos cidadãos com mais dificuldades económicas.*

*As instalações onde funcionava a Extensão de Brasfemes têm todas as condições necessárias à prestação de cuidados médicos e são propriedade da Câmara Municipal de Coimbra. A deslocalização da extensão de Saúde de Brasfemes, implicou a realização de obras de ampliação na Unidade de Saúde Familiar de Eiras que oneraram contribuintes sem qualquer razoabilidade, pois as condições existentes no edifício cedido pela Câmara Municipal não carecem nem careciam de quaisquer obras.*

*As verdadeiras explicações para a deslocalização dos serviços prestados na Extensão de Saúde de Brasfemes e a sua transferência para a Unidade de Saúde de Eiras, são os cortes e subfinanciamento do SNS, resultantes da falta de investimento nos profissionais de saúde que leva à falta de médicos, enfermeiros, assistentes administrativos e auxiliares, bem como a gestão dos recursos humanos existentes. Encerrando todas as Extensões de Saúde e centrando num só espaço todos os recursos humanos permitiram disfarçar as lacunas existentes, sendo que a concentração dos recursos na USE de Eiras não dão resposta a todos os utentes.*

*A Junta de Freguesia de Brasfemes está disponível, caso seja essa a solução, para custear despesas como água, electricidade, telefone, internet, climatização, manutenção e limpeza do edifício.*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

*Cabendo apenas ao Ministério da Saúde e à Unidade de Saúde Familiar de Eiras colocar o médico, o enfermeiro, o administrativo e manter o equipamento já existente.*

*A vontade dos autores desta moção, é que todos, e em particular os mais carenciados da freguesia, vejam reaberta a Extensão de Saúde de Brasfemes e deste modo, para o acesso aos cuidados primários de saúde tal como consagrado na Constituição da República Portuguesa, não tenham de gastar o pouco dinheiro disponível das suas reformas ou ordenados em transporte público ou táxi, e que o Estado, em particular o Ministério da Saúde, invista numa saúde de proximidade. Os autores da presente Moção solicitam à Assembleia Municipal de Coimbra o seguinte:*

- a) Reclamar ao Senhor Ministro da Saúde a reabertura da Extensão de Saúde de Brasfemes, no edifício cedido pela Câmara municipal para esse efeito, com todas as valências para as quais foi construído;*
- b) Reivindicar ao Sr. Ministro da Saúde a contratação de mais médicos e enfermeiros de família;*
- c) Manifestar às populações da freguesia de Brasfemes toda a solidariedade nas acções que venham a desenvolver em defesa da reabertura do seu Centro de Saúde.*
- d) Recomendar ao executivo da Câmara Municipal de Coimbra que junto dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra intercedam para que a rede de transportes rodoviária contemple carreiras com horários e trajectos compatíveis com os horários de funcionamento da USF de Eiras e as localidades de Bostelim, Lagares, Brasfemes, Logo de Deus, Vilarinho e Paredes.”*

Antes de falar na Moção, que penso que já foi distribuída, aos grupos parlamentares, queria falar sobre dois assuntos muito breves. Primeiro queria dar a notícia ao Dr. Barbosa de Melo, que não está cá hoje, ao Dr. Luís Providência, que também já não está em funções e, ao Dr. Paulo Leitão que também não está, que a obra que inauguraram, em Brasfemes, em Junho de 2013, foi paga, por este executivo, na passada semana. Portanto, está inaugurada e, informo também, que a placa de inauguração, foi por mim retirada, porque não faz sentido uma obra ser inaugurada e não ser paga. Depois, quero falar de uma ocorrência, no dia 29 de Agosto, passada no concelho de Coimbra, relativamente aos incêndios florestais. A prevenção que foi anunciada, sei que foi ordenada ao Gabinete de Protecção Civil para o fazer, mas não saiu do papel. No entanto, sem árvores não iremos ter papel. Portanto, terá que sair do papel para serem limpas as florestas de uma vez por todas, terá que ser feito um plano como deve ser, para a nossa floresta, para o nosso concelho, para que não se passem situações como as que se passaram em Almalaguês. Eu, como membro da Comissão das Florestas, nomeado por esta Assembleia, teria que forçamente de dizer isto, mas com contexto. Eu tenho uma das cooperações de bombeiros na minha Freguesia, os Bombeiros Voluntários de Brasfemes, que se situam, a cerca de 29 Km da ocorrência desse dia. Temos os voluntários em Coimbra que se situam a 12 Km, dessa ocorrência. Os Bombeiros Voluntários de Brasfemes, nessa ocorrência, tiveram 8 viaturas, uma delas de comando, 7 viaturas de combate a incêndio e 36 homens no terreno. Os Bombeiros Voluntários de Coimbra, tiveram 7 viaturas, das quais 2 seriam de combate, portanto 5 de combate a incêndios e apenas, 20 operacionais no terreno. Senhor Presidente, eu peço-lhe uma coisa muito simples, é que trate coisas diferentes de modo diferente. Nas freguesias, como bem sabemos, a distribuição das verbas são feitas proporcionalmente à nossa dimensão. Neste momento, os Bombeiros de Brasfemes têm uma dimensão e uma operacionalidade muito superiores àquela, que os Bombeiros Voluntários de Coimbra têm. Não peço que tirem “1 tostão” aos Bombeiros Voluntários de Coimbra, nem me passaria pela cabeça, fazer isso. Os bombeiros têm que ser apoiados para crescerem e, só assim, ... e sei que o quartel está em decurso, ... mas apenas, com mais apoio, as cooperações que estão neste momento em dificuldades, podem voltar a ser aquilo que eram anteriormente e serem uma grande cooperação de bombeiros. É isso que peço! Que haja um reajuste no valor que é dado aos bombeiros voluntários mas, com uma diferenciação clara daquilo que é maior ou menor.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Em relação à Moção que apresento, queria só destacar uma notícia de um nosso jornal da nossa cidade, que diz: “*Coimbra norte tem mais uma unidade de saúde*”! Isto é datado de Março do ano passado. Coimbra norte perdeu 4 unidades de saúde! Perdeu Brasfemes, perdeu Vilela, perdeu Botão e perdeu S. Paulo, para se centrar tudo num só espaço, em Eiras. Todas essas populações que perderam extensões de saúde, deslocaram-se para a Unidade de saúde de Eiras. As dificuldades que nós temos hoje, são as dificuldades de transporte as dificuldades das pessoas se deslocarem 4, 5 ou 6Km, com uma rede fora da cidade, não é como na cidade, não chega a todo o lado. Por isso, esta Moção que apresento, peço a todos que a votem favoravelmente para recomendarmos, quer o reajuste, enquanto não estão reabertas as extensões de saúde, o reajuste das carreiras dos SMTUC, para aquelas zonas, reajuste, ampliação de rede, o que quiserem. A adequação de horários, para que as pessoas possam ir ao médico. Peço também que manifestem à população, o vosso apoio nesta luta de reabertura das extensões de saúde. Reclamar também, ao Senhor Ministro da Saúde, a reabertura de imediato e revindicar ao Senhor Ministro a contratação de mais profissionais de saúde para o nosso concelho.

E isto tem uma cronologia!

Nós, freguesias que temos as nossas atribuições, no Anexo I da Lei nº 75/2013, no nº 2 do artº 7º, temos cuidados de saúde primários, portanto, também temos que cuidar destas atribuições. Nesse sentido, em 2010, recebemos um ofício da ARS, em que dizia “*que não havia previsão de fecho nenhum*”. Já em Março de 2013, houve uma notícia, para o anterior executivo, que realmente iriam deslocalizar as obras e essa notícia chega a nós por um motivo muito simples. Nós oferecemo-nos para pintar o edifício, remodela-lo interiormente e eles disseram: “*não vale a pena fazerem isso, porque nós vamos fechar*”.

O edifício, recorde, é da Câmara Municipal, não é da ARS. Está entregue para aquele fim! Não tem qualquer custo, a manutenção já era feita por nós, a climatização, foi feita por nós, todas as obras de melhoramentos, foram feitas por nós, e a Câmara, cedia esse edifício de forma gratuita. Em Dezembro de 2013, são reorganizados os serviços e deslocalizados para Eiras. Saí então nas notícias, a junta não é informada de nada, a Câmara não é informada de nada, o edifício não é entregue, não dizem para que é que aquilo serve, está lá fechado, não serve para rigorosamente para nada, neste momento! Não sequência deste fecho, organizámos uma manifestação, que deu em nada. Organizámos um Abaixo-assinado que remetemos à Assembleia da República e do qual obtivemos da Comissão da Saúde o resultado, em Junho deste ano, mas só agora, em Setembro, em início da campanha eleitoral, é que o Senhor Ministro disse, que tinha recebido e que ia estudar o assunto, mas, o relatório de Junho, diz que ele se vai manter fechado e que, as populações estão muito felizes. As populações que assinaram o abaixo-assinado a dizer que queriam aquilo reaberto. Fui lá há pouco tempo, estive duas horas à espera, nem sequer me auscultaram, mas saí de lá sem resposta. Não tivemos naturalmente direito ao contraditório, mas depois, em Setembro, o Senhor Ministro veio dizer-nos que afinal de contas tinha lá recebido um relatório. Desconhece que havia Comissão de Saúde! Que já o discutiu, mas no entanto, vai avaliar, mas que não houve eleição, ainda! Esta notícia de um dos nossos jornais diz ainda outra coisa muito caricata, que é explicar-nos que de facto o nosso ensino, “*não anda assim tão também*”, pelo menos no que diz respeito aos jornalistas. Dizem aqui, que ... “*10 mil utentes passam a ter médico de família...*” e depois, no teor da notícia diz que ... “*se vão dividir cerca de 1700 por cada um deles...*” pelas minhas contas, dá 2000! Eles tiram 250. Não percebi! Neste momento, cada médico de família tem uma atribuição de cerca de 2000 mil utentes. Eu pergunto? Conhecem-nos pelo nome, como conheciam até aqui? Sabem quem são os filhos, quem são os pais, quem são os avós daquela família de onde é que vêm as doenças genéticas de toda a família? Não sabem! Isto era o que nós tínhamos em Brasfemes, o que tínhamos em Trouxemil, o que tínhamos em S. Paulo de Frades e o que tínhamos em Botão. Era uma medicina de proximidade, medicina de conhecer as pessoas e de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

as tratar pelos nomes. Por isso peço que votem favoravelmente esta Moção, no sentido de abrir a extensão de saúde na minha freguesia.

### **Intervenção do deputado municipal Nuno Freitas (CPC):**

Associo-me às palavras do Senhor Presidente da Assembleia Municipal de pesar pelo falecimento do Professor Pignatelli Queirós, para mim, sempre Professor! Era um homem de bem, recto! Quero associar-me ao minuto de silêncio, ao pesar que todos sentimos pelo seu falecimento, mas ao mesmo tempo honrar a sua memória, esperando que, designadamente a Câmara de Coimbra e a Comissão de Toponímia, rapidamente lhe façam jus e homenagem por ser de facto um homem invulgar, um destinto cidadão de Coimbra, que merece o seu lugar na história da cidade.

Em segundo lugar, quero agradecer a matéria que foi trazida no “*Período de Antes da Ordem do Dia*”, extrínseca, digamos assim, à “*Ordem de Trabalhos*” e que me parece, não só louvável, em termos de metodologia interna, mas esse digamos será um ponto mais orgânico mas sobretudo de facto pelo interesse das matérias. Nós já tínhamos abordado, vale a pena dizê-lo aos Repúblicos presentes. E se ainda é por iniciativa nesta Assembleia Municipal, a questão das Repúblicas, com um debate interessante, fracamente consensual e que vinha, no fundo, neste sentido, ... *se à Assembleia Municipal, cabe um papel de reforço daquilo que já tínhamos dito, pois bem, que o façamos...*” e, se ainda é por iniciativa dos próprios Repúblicos, de estudantes, de cidadãos, de ex-Repúblicos, melhor, porque aí, a Assembleia Municipal de Coimbra, só pode juntar também a sua voz e projectar com o Executivo da Câmara, esta ideia de interesse municipal no Património Imaterial das Repúblicas. Alias, recordo aqui a intervenção do Rui António, sobre esta matéria. Portanto, estamos perfeitamente, não só confortáveis, como apoiantes da ideia.

Em relação às toxicodependências, Dr. Fernando Mendes, Dr. João Redondo, pois conheço o vosso trabalho de há longo dos anos, sei bem do vosso mérito e do vosso trabalho percebo perfeitamente o que querem dizer sobre “*os problemas da noite*”.

Hoje, os consumos nocturnos que vão até às 8 ou 9 da manhã e, são comuns ainda mais que temos em discussão pública o “*Regulamento dos Estabelecimentos de Ensino*”, acho, que vale a pena também, trazermos esta questão! Como é que podemos melhorar, a nossa prevenção primária e secundária, que formas de abordagem directas destes jovens, que resposta no caso de tratamento, quando é necessário e é cada vez mais necessário, mas sobretudo, que resposta integrada é que podemos fazer, que modelo de Coimbra é que pode ser mais avançado e aí, julgo que temos todos a aprender. O projecto “*Noite de Saudável*” é mandatório, não é uma questão de óbice, é uma emergência. É uma emergência, porque hoje, o padrão de consumo está a alterar-se e de facto encontramos-nos numa cidade de jovens, de jovens estudantes, e portanto temos que olhar por esta matéria. Julgo que o silêncio que a Assembleia Municipal manifestou, foi um silêncio, que não é um silêncio, porque se a dado passo entenderem que vale a pena trazer um relatório, não só sobre os resultados obtidos, mas daquilo que entendem que pode ser necessário, mesmo do ponto de vista financeiro, equipas no terreno de novas medidas para actuar, contem com a Assembleia Municipal, como um espaço onde os deputados municipais estão disponíveis para olhar estas matérias e fazer recomendações ao executivo que é, muitas das vezes, o máximo daquilo que podemos fazer, ao nível da Assembleia Municipal. Muito obrigado pela iniciativa.

Temos mais ou menos 2 anos passados de mandato do Partido Socialista e do novo executivo na Câmara. Reconhecemos a nossa derrota eleitoral, perdemos as eleições e viemos aqui dizer que, não só reconhecíamos que terá sido também, por erros nossos, mas sobretudo queríamos reconhecer, que não tínhamos conseguir mobilizar os cidadãos de uma forma que nos parecia interessante, positiva e construtiva para o futuro de Coimbra. Para nós, foi muito simbólico que uma percentagem tão forte de Coimbra, não tenham vindo votar. Há 2 anos atrás foi isso que aconteceu! Uma abstenção histórica. Tivemos uma abstenção histórica. Muito poucos cidadãos decidiram votar e, aqueles decidiram vir votar, decidiram obviamente, alterar o executivo político. Pois bem! Passaram 2 anos! Por um lado,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

poderíamos dizer, que resultados temos? E aí, teremos que ser absolutamente lacónicos. Nós sabemos que poderá ter havido e há sempre nestas passagens de executivo, um tempo próprio de passagem de funções, mas não podemos chegar ao final de 2 anos e dizer que ainda estamos nessa passagem de funções. A Câmara, acumula, 26 milhões de saldo corrente, mas não investe! A Câmara é neste momento, um elemento inactivo da cidade de Coimbra. A cidade não está a projectar-se! A cidade não está, a fazer novos investimentos, a cidade economicamente, não está mais activa do que estava há 2 anos atrás, a cidade, socialmente, não está melhor do que estava há 2 anos atrás e nós poderíamos dizer com toda a propriedade, mas então, as pessoas mais sensíveis às políticas de austeridade, não estão elas próprias na gestão executiva da cidade? Nem resultados sociais, nem resultados económicos, nem resultados culturais, nem resultados, se quiserem do ponto de vista de um planeamento estratégico da cidade, como ainda há pouco, bem dizia aqui, o Arquitecto Bandeirinha, que tem evidentemente acesso a um conjunto de documentos que nós, por exemplo, deputados municipais da segunda força política gostaríamos de ter, mas não estamos de facto envolvidos nessa discussão estratégica do próprio desenho urbano de Coimbra. Aguardaremos a oportunidade própria, para podermos tomar também a nossa posição e contribuirmos para esse desenho. Aquilo que temos, 2 anos depois, é uma cidade parada! Mas um bocadinho à semelhança da medicina, por vezes, mais vale não fazer mal! Não fazer mal é melhor do que não estarmos a fazer nada de bem, mas pelo menos não estamos a fazer mal! É preferível! Os outros não estão parados! As cidades aqui da região centro, e as outras cidades, as outras cidades fora do país, não estão paradas. Hoje, num ambiente social, cultural e económico, altamente competitivo, parar é facto mau para qualquer cidade. Nós poderemos dizer que, isso é uma ideia subjectiva, nós, poderemos trazer números, durante esta Assembleia Municipal, por que razão é que o investimento que estamos a fazer era basicamente o que esteava planeado e, mesmo esse, está muito abaixo daquilo que estava planeado. Por que razão, é que não vemos soluções, apesar de elas aparecerem de tempos, a tempos, nas “*paragonas*” das primeiras páginas, em relação ao metro, ao apeadeiro, à água e a um conjunto desses temas, sempre visto como grande “*bandeira política*”? Mas de facto com uns resultados palpáveis muito fracos! É lógico que depois a responsabilidade é sempre de alguém. Eventualmente, será sempre da responsabilidade do Executivo e, obviamente estes últimos 3 anos ou 4 anos de executivo nacional! Uma Câmara mais centralista! Que alterou a política da descentralização das competências, quer para as freguesias, quer para outras forças da sociedade. Alterou! É hoje mais centralista! Viu-se quanto tempo demorámos, a ter delegação competências nos próprios Vereadores! Vimos como está a delegação de competências nas freguesias! Por isso é que hoje temos, uma cidade mais suja, mais feia! A centralização de competências dá nisto! Mas não é só isto! A cidade é hoje menos viva, nos seus debates, na sua iniciativa! E, não deixa de ser curioso, o interesse não vem da nossa agenda, o interesse vem da agenda extrínseca, daquilo que disse o José António Bandeirinha, do que trouxe a “*Noite Saudável*”, do que trazem os cidadãos, a propósito do Património Material de Coimbra. Porque a nossa agenda? Coitadinha! Este centralismo, é uma marca! É uma marca de gestão, se quiserem, terá os benefícios que entenderem! Alguém terá que nos explicar isso! Nós, não estamos nada convencidos dessa política e os resultados, são fraquinhos! Dizer-vos também que, em termos de políticas sociais, sobre a questão dos manuais escolares... mas que curto que é, para quem vem dizer que é preciso restaurar as políticas sociais, ... que bom para a austeridade, ... mas que curto! Que bom que a CDU apresenta hoje, uma Moção sobre os migrantes, sobre os moção, mas que pena que a Câmara não tenha tido uma palavra sobre essa matéria! Que pena que estejamos cada vez mais isolados! Que os restantes presidentes de câmara, não tenham votado connosco, na CIM! Olhem bem para nós! Nós não temos solidariedade regional, não conseguimos conquistar os próprios pares do próprio distrito de Coimbra, mas ainda assim, somos Coimbra! Dizemos que esse isolacionismo é também ligado com as empresas. A IBM quis fazer um Centro, com servidores da SIBS na região centro. Não podia ser em Lisboa por causa da falha geológica, tinha que ser no Centro. A IBM tentou contactar a Câmara de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Coimbra, mas o Senhor Presidente, não estava cá, estava para uma visita oficial, fora. A IBM, não conseguiu falar com ninguém da Câmara de Coimbra. Mas, a de Viseu acolheu! São 200 postos de trabalho da IBM, criados com os servidores da SIBS, por 20 anos, seguramente, depois, haverá outras evoluções tecnológicas e, criou 200 postos de trabalho. Com quantas empresas falou activamente a Câmara de Coimbra, nestes 2 anos? Quantos postos de trabalho, conseguiu directa ou indirectamente? Quantas empresas nacionais? Quantas empresas multinacionais? Quantas empresas, estrangeiras? Qual é o investimento directo estrangeiro em Coimbra? Quanto é que passou pela Câmara de Coimbra? Não há um posto de trabalho criado por esta Câmara Municipal, a não ser, aqueles que decorrem das nomeações. E sobre as nomeações dizer, que tenho visto nomeações, sem qualquer critério. Aos competentes da estrutura, também queremos dizer, não há problema nenhum. Às pessoas competentes nunca há problema. Mas àqueles que nós sabemos que têm sido nomeados com nenhum crivo de transparência, nem de competência. A esses podemos dizer-vos “*gozem bem, o tempo actual!*”! Temos vários casos para falar! Desde as escolas primárias! E podemos dar exemplos! Vamos falar da Solum, por exemplo, ou, podemos falar de várias outras nomeações, em relação à ciência e as outras áreas.

Termino, esperando que no domingo, mais eleitores de Coimbra, vão às urnas!  
Se mais eleitores forem às urnas, mais o resultado vai ser diferente.

### **Intervenção do deputado municipal Rui Marques (CPC):**

Falou-se aqui numa escola inaugurada e não paga e, apesar de não ser advogado de defesa das pessoas aqui mencionadas, mas fez-me lembrar uma “*coisa*”. É que foi o governo anterior a este, que no domínio do contrato de empreitada, transformou o ajuste directo, que passou de 150 mil euros, para 5 milhões de euros, no domínio do parque escolar e das eólicas. Isto pode ser muita coisa! É mais fácil, é rápido inaugurar-se, prometer-se, cumprir-se e fazer-se. Claro que isto tem outras implicações! Aumentaram os processos judiciais no passado.

Na qualidade de residente de Cernache, dou nota aqui, em forma de reconhecimento, do excelente Certame levado a efeito, sobe a responsabilidade da Junta de Freguesia de Cernache. Este 3º Certame envolveu milhares de pessoas, com crescimento acentuado de ano para ano. Sublinho a forma elegante, digna e de elevada cidadania, com que o Senhor Presidente da Junta Freguesia de Cernache, da CDU, recebeu as pessoas que visitaram o referido Certame. Por tudo isto, o meu muito obrigado e os meus parabéns.

Na mesma linha que acabo de referir, mas já no âmbito da cidade, deixo também uma nota de especial apreço, sobre a forma como decorreu a Feira Popular, em Santa Clara. Já é habitual, pois o Senhor Presidente da junta, todos os anos aloca muito no seu esforço, meios para oferecer à cidade, este evento de sublinhada tradição.

Uma questão que me preocupa enquanto cidadão que vive em Coimbra, é o estacionamento circundante aos Hospitais da Universidade de Coimbra.

Isto quer dizer o seguinte: as pessoas que se deslocam diariamente para se submeterem a actos clínicos, consultas, acompanhamento de doentes, visitas, etc., são objecto de alguma admoestação, por parte polícia municipal. Dou nota que, as regras são para cumprir, mas não é pela regra da “*multa generalizada*” que se resolve este problema. É lamentável que, pessoas que vêm do interior do país, que vêm por essas serras fora, procuram a saúde aqui nos CHCS, cheguem ao seu automóvel, ou porque está em cima do passeio, ou por isto, ou por aquilo, sejam objecto de multas sucessivas. Não é pela admoestação. É evidente que num hospital, os carros mal podem impedir a circulação das ambulâncias, mas que não seja uma fonte de receitas.

Também quero dar nota, porque vivi muitos anos ali, na zona da Estação Velha, que me agrada ver o arranjo que a Câmara Municipal de Coimbra está a fazer, pela limpeza e embelezamento, na zona circundante ao Choupal, aliás, à dominada Marginal e na zona da Estação Velha. O meu apreço por isso.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

### **Intervenção do deputado municipal Paulo Coelho (CDU):**

Gostaria em primeiro lugar de me associar ao voto de pesar que já aqui foi expresso e, em segundo lugar dar aqui três notas muito breves, sendo uma delas, congratular-me, por finalmente ver alguém do PSD, a reconhecer nesta bancada, apenas um pequeno defeito, mas uma das coisas que facto está a provocar este fecho generalizado das extensões de saúde o que de facto provoca a que as pessoas que podiam ser atendidas nos seus centros de saúde, sejam obrigadas vir para Coimbra e depois são multadas. Isto foi provocado, claramente pelo PSD e, é bom ver o PSD, reconhecer isso. Estão de parabéns. Um outro assunto é que estamos muito próximos do dia 4 de Outubro. Vai ser um dia importante para todos nós. É dia de eleições! Mas, é um dia importante também, não só para nós, mas também para outros seres vivos, nomeadamente, para os animais e, é também por isso, que será o “*Dia do Animal*”. Gostaria de felicitar o canil/gatil municipal, precisamente, porque à semelhança do que o Partido Ecologista “Os Verdes”, já tinha feito, aquando das suas Jornadas Ecologistas, ao atribuir-lhe um “*Girassol Contente*”, foi reconhecido, por um reputada revista veterinária, o seu prémio inovação de todo o trabalho que tem sido feito por este canil/gatil municipal, nomeadamente, pelos gabinetes que são amigos dos gatos, com colocação simples de prateleiras e locais para repouso e alimentação, pelo trabalho que é feito junto das colónias onde são capturados e esterilizados e depois devolvidos, pelo regime aberto de vigilância contínua e ainda, pelas esterilizações pediátricas. Portanto, está o nosso canil/gatil de parabéns, por um conjunto de medidas que leva ao abate “zero” que é aquilo que nós defendemos.

Por último, uma breve nota, também de felicitação, à Câmara Municipal, a este Executivo, pela elaboração do projecto de ampliação do tabuleiro inferior da Ponte Açude, para ciclovia e para “*Caminhos de Fátima e Santiago*” porque, quem tem a sorte, provavelmente, o azar de caminhar naquela ponte verifica, que sempre que lá passa é sempre uma “*roleta russa*”. De facto, quem arrisca atravessar aquela ponte a pé, põe a sua vida em risco. Esperamos que este projecto passe rapidamente do papel à prática, para que esta situação fique resolvida.

### **Intervenção do deputado municipal Júlio Gaudêncio (CPC):**

Oh Senhor Presidente de Brasfemes? É uma decisão que tomou, juntamente com o Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Vereador Carlos Cidade. O melhor do Partido Socialista! Então, tiraram a placa do seu próprio colega, que foi presidente da junta anterior, que também era do Partido Socialista, juntamente com os Vereadores do anterior Executivo, que colocaram para marcar a inauguração numa obra, que se estava a realizar, ou que se ia lançar e, o Senhor agora, vem aqui dizer que, “*quem pagou foi esta Câmara e não a Câmara anterior*”? O dinheiro que a Câmara gere e que o Senhor gere em Brasfemes, não é seu, nem é dos membros do executivo da Câmara! O dinheiro é dos contribuintes. Os contribuintes de Coimbra e não só, é que dão o dinheiro através dos impostos, para que seja gerido pelo Executivo Municipal e pelo executivo Junta, que tem direito a verbas, para poder executar as suas obras e o seu funcionamento. Isto é o melhor do Partido Socialista!

É nossa a função, como órgão de fiscalização do Executivo Municipal, criticar e denunciar o que entendemos ser importante, para uma gestão eficiente dos recursos que venham a proporcionar aos Conimbricenses, bons serviços e melhor qualidade de vida. É o retorno, que o Executivo tem a obrigação de concretizar, como contrapartida dos impostos pagos, em excesso, ao longo destes meses de governação do Partido Socialista. Este excesso, é evidenciado nas receitas e, particularmente no IMI. E, o IMI, é um imposto municipal. A Câmara e Assembleia Municipal podem decidir se se deve cobrar mais ou menos IMI e, que a situação económica financeira do 1º semestre de 2015, traduz. Como é evidente, este relatório financeiro deste 1º semestre, no universo da actividade da Câmara Municipal, em 2015, assenta fundamentalmente, na gestão corrente. Tudo o que se faz, na área da cultura, das limpezas, das pequenas obras, etc., é de gestão corrente, qualquer um faz! A outra, é que é importante! A visão estratégica, para Coimbra, é que é importante! Só a Câmara Municipal, atingiu



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

um valor 27 milhões que corresponde a 38% do peso da despesa total. Já a despesa de capital, ficou-se pelos 27 que permitiu assim, uma execução apenas de 17% como consequência deste valor, ou seja, do investimento total que era de 37 milhões para despesa de capital. Logo, por este caminho, estamos a hipotecar Coimbra e o seu futuro, pois, a não execução de projectos, que poderiam contribuir para o seu desenvolvimento, afinal, acaba por haver uma estagnação. Esta política de contenção, é exercida por incapacidade estratégica e, por falta de visão do Partido Socialista e do Senhor Presidente da Câmara para a cidade de Coimbra e para o seu concelho. Poderia haver razões financeiras para o exercício desta política deficiente, na concretização de objectivos, mas os documentos mostram, que só o Município de Coimbra acumulou meio financeiros disponíveis de 19 milhões, em 2014 e, em 25 de Setembro de 2015, atingiu 26 milhões. Conclusão, as receitas disponíveis na Câmara Municipal de Coimbra cresceram nestes seis meses 30% muito em graças à cobrança do IMI. Ao logo destes anos, assim, não se prevê um rasgo na revisão estratégica para colocar estes meios ao serviço de Coimbra e dos seus cidadãos, o que lamentamos profundamente, ao fim destes 2 anos de gestão do Executivo do Partido Socialista.

### **Intervenção do Presidente Freguesia de Brasfemes, em defesa da honra:**

Senhor Gaudêncio, a formação, a mim, dá-ma a ANAFRE e a escola pública! Não é o PSD que me dá a minha formação e, aquilo que eu sei, ou que tenho que saber, que são as minhas competências ou fora delas. As minhas decisões, sou eu que as tomo e estão devidamente fundamentadas Não arranquei os baloiços, não arranquei o escorrega, arranquei uma placa que não faz falta a ninguém! Não meti lá nenhuma minha! Digo-lhe mais, não falei de florestas, falei de seguros, falei de bombeiros e falei de mobilidade e, o Senhor, só falou de gestão e de dinheiro dos contribuintes.

### **Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):**

Venho aqui fazer, não uma intervenção, mas venho apenas associar-me ao apelo do Senhor Deputado Nuno Freitas quando diz que: “... *espera que mais cidadãos vão às urnas*”. Efectivamente é preciso que mais e muitos cidadãos vão às urnas. Sei bem que quando o disse, se referiu ao mobilismo, relativamente a 2 anos. 2 anos, foi tão só, o tempo que o Senhor Deputado veio aqui! Esteve ausente durante 12 anos, em que sistematicamente, esta cidade esteve muito suja, esteve sem investimento e é por isso que é preciso que os cidadãos vão no domingo às urnas, pois só assim, os pensionistas podem retomar as suas pensões, os funcionários retomem os seus vencimentos na sua plenitude. Quanto ao Senhor Deputado Manuel Rocha, não posso deixar-lhe de dizer que muitas das suas críticas, contrastam com os elogios aqui defendidos pelo seu Senhor Deputado Bandeirinha.

### **Intervenção do Presidente da União de Freguesias de Souselas e Botão:**

O que me traz aqui hoje é de facto, a minha posição aqui na Assembleia Municipal. Se há alguém aqui com mérito nesta Assembleia desculpem, mas esse alguém, sou eu! Fiz a campanha, paguei a campanha! Gostava de ver de uma vez por todas, esta situação resolvida. Acho que deveria ser revista esta situação! Fizeram reuniões de Líderes de Bancada, nunca me convidaram, até porque a minha opinião, seguramente seria uma opinião isenta, fizeram diligências ao Convento de S. Francisco, forma os Líderes de Bancada, um médico, um advogado e, um tipo que percebe de obras, não vai lá! Não tem cabimento. Pedia ao Senhor Presidente da Assembleia, de uma vez por todas tentar resolver este problema. O Senhor Presidente já me disse que, neste caso, a lei é omissa, mas eu no seu lugar chamava-me para a reunião.

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** informou, que vão estar a votação duas moções, uma sobre “*Contra o fecho da Extensão de Saúde de Brasfemes*” apresentada pelo Presidente da Junta de Freguesia de Brasfemes e outra, sobre “*A situação dos refugiados e imigrantes na Europa oriundos de várias regiões do continente africano e Médio Oriente*” apresentada pela CDU.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

### **Deliberação nº 43/2015 (30/09/2015)**

A Assembleia Municipal, sob proposta do Presidente da Freguesia de Brasfemes, datada de 28 de Setembro de 2015, deliberou, *por maioria*, com 32 votos a favor, 12 votos contra e 1 abstenção, aprovar a Moção “*Contra o fecho da Extensão de Saúde de Brasfemes*”

### ***Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos***

#### **Intervenção do deputado municipal Nuno Freitas (CPC):**

Apenas uma declaração brevíssima, como compreendem, por duas ordens de razões: A primeira é que nesta, como em qualquer outra matéria, a ideia de que cada vez que a administração central do governo de qualquer área, agora na saúde, mas podemos falar da educação, podemos falar sobre as escolas primárias de Coimbra. Cada vez que se traz a ideia de que unicamente os serviços localizados, tem que garantir o acesso, a equidade e a qualidade de qualquer serviço público, faz com que essa discussão, não tenha fim. Não podemos ter em cada lugar, em cada aldeia, em cada aglomerado, vamos ter que definir, talvez, com 10 pessoas ou com 20, vamos ter que ter, todos os serviços descentralizados do estado. É um tipo racional, que não serve, e que a assembleia municipal, fez mal e queremos dizer isto, directamente, objectivamente e por isso, o nosso voto contra, é a nossa primeira linha de actuação. O racional para estas deliberações, não poder ser simplesmente porque ...“*agora que perdemos uma extensão e temos um abaixo-assinado local*” com dimensão que tiver e, o serviço público ficou em causa quer no acesso, quer na qualidade, quer na equidade.

Em segundo lugar: É uma linha mais importante porque tem a ver com a saúde.

Os doentes estão melhores? Estão satisfeitos, ou não estão?

Uma coisa é a reacção a uma notícia, que se faz sobre fecho de uma extensão de saúde, ou de uma escola primária, outra coisa, é depois saber se, por um lado, um conjunto de serviços, que se está a fazer na área da saúde, está melhor ou não! Há mais reclamações? Há especiais reclamações das pessoas de Brasfemes? Esses elementos, também são elementos importantes para a nossa decisão política! Independentemente de haver razão, até admito que possa haver razão, em relação às pessoas que estão a 4Km da unidade que foi beneficiada, para atender mais pessoas e terem meios técnicos e humanos necessários. Evidentemente, que os meios técnicos têm que existir e, o estado tem que prover esses meios.

A segunda linha que quero deixar é, para futuras discussões, até algumas que até envolvem o próprio Executivo, ... desculpem mas a Câmara Municipal tem que voltar a reabrir todas as escolas primárias que fechou! Estejam lá meninos suficientes ou, não estejam lá meninos suficientes! Nós queremos é, serviços descentralizados, o máximo possível, em cada uma das freguesias, em cada lugar, em cada uma das aldeias. Do ponto de vista técnico, valia a pena ler, aquilo que a ARS disse, valia a pena saber de facto, que equipas de saúde é que temos disponíveis, valia a pena que Coimbra percebesse, que tem uma média de profissionais de saúde, muito acima da de qualquer concelho do país. São bandeiras políticas muito lindas, que são interessantes, mas que “*colhem*”! Se esperamos que o Ministério da Saúde contrate mais profissionais para Coimbra, ou é muito bem fundamentado ou desculpem, caímos no ridículo.

#### **Intervenção da deputada municipal Catarina Martins (CpC):**

Venho aqui saudar esta iniciativa da CDU e dizer que, o Movimento dos CpC a apoia inteiramente porque, é uma manifestação de uma humanidade e de uma necessidade mais básica e que todos a devíamos honrar mas, se a CDU estiver de acordo e, se os restantes membros desta Assembleia estiverem de acordo, nós gostaríamos de concretizar de alguma maneira e, se acolhessem esta nossa proposta, concretizar de alguma maneira propondo uma medida concreta. A medida concreta que nós propomos, é que esta Assembleia Municipal proponha à Câmara, que Coimbra se declare cidade refugio e se articule com todas as cidades, que estão a criar uma rede europeia de cidades de refugio,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

como é o caso de Barcelona, no sentido de com a ajuda do Fundo Europeu dos Refugiados, vir a acolher um número de agregados familiares na cidade, que nós propomos que seja de 50, mas pode ser outro. Neste sentido, deveria a Câmara, promover a articulação dos seus poderes municipais, da Segurança Social, dos Órgãos de Coordenação Regional das Políticas da Educação e Saúde, para uma integração efectiva destes refugiados e emigrantes na cidade, não num gueto, para um sistema de conhecimento das competências que trazem, para uma integração profissional, digna completa e, para a integração das crianças, no sistema de educação, com o respeito ao direito para a educação. Nós gostaríamos de completar a proposta que é feita pela CDU concretizando com estas medidas. Pensamos que Coimbra, já deu os primeiros passos nesse sentido, num momento em que Coimbra foi Capital da Cultura e houve na Casa da Escrita, cidadãos, escritores, em situação de exílio, que foram acolhidos e que podemos e devemos prolongar isto, declarando-nos, como cidade de refúgio.

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** informou a deputada municipal Catarina Martins que para haver este acrescento à Moção da CDU, tem que haver um texto escrito, porque senão, não pode aceitar uma alusão a um escrito. Tem que haver um documento escrito.

### **Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU):**

AQ CDU não vê qualquer objecção de fundo áquilo que foi sugerido pela deputada Catarina Martins. Parece-nos no entanto, que essa questão poderá estar em aberto, relativamente a esta discussão, que é uma recomendação à Câmara Municipal. Todos os grupos que aqui estão representados podem, em Câmara Municipal, decidir da forma e operacionalizar este apoio. Nós não quisemos ir tão longe, porque pensamos que esta questão carece de reflexão e de contributos, como aquele que foi dado agora. Pensamos que, a Moção desta forma, abre caminho a que esta discussão se possa fazer mais profundamente, sobre o ponto de vista da operacionalização das medidas de apoio. Não há qualquer objecção a que haja este tipo de acrescento, mas parece-nos que aqui, necessitaríamos, em sede de Câmara de uma reflexão sobre estas questões, porque estamos a falar de uma rede, estamos a falar de alguma coisa que poderia ser materializada e, essa materialização, deveria ser estudada e melhor reflectida.

### **Intervenção do deputado municipal Nuno Freitas (CPC):**

Venho em favor desta tese porque, nos parece e, recordando, que já no Executivo Camarário, os nossos vereadores tiveram exactamente uma iniciativa sobre este assunto. Parece-nos que o texto apresentado pela CDU é de facto um bom dominador do factor comum e, entendemos que há, não só aspectos mais práticos e pragmáticos! Quem vai operacionalizar? Como é que se vai fazer? Qual é o contributo do sector social? É a própria Câmara ou não a fazê-lo? Mas também há outras considerações do ponto de vista cultural e aí sim, já podemos ter algumas diferenças. Vale a pena discutir também, outras matérias que têm a ver com o Islão e, com diferenças culturais, entre as sociedades europeias e as sociedades que estamos a tratar. Isso tem sido discutido pelos “*media*”, em todo o lado. Naturalmente, já nos afastaríamos, em termos de questões práticas. Diria que, para ter uma votação consentânea e comum, deixava aos grupos com participação no Executivo e aqui nesta Assembleia Municipal para depois fazermos outras iniciativas. Daria que o texto nos parece um bom dominador comum e queria sensibilizar o Senhor Presidente, para isso.

### **Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):**

*Diálogo imperceptível. O deputado municipal falou fora do microfone.*

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** pergunta à Senhora Deputada Catarina Martins se já tem o texto para apresentar, o qual tem todo o direito de apresentar. Informou também que, seria mais conveniente, depois do que disseram aqui, o consenso necessário e suficiente para este documento



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

original. Quanto ao acrescento que ainda não chegou à mesa pergunta qual a opinião sobre o acrescento ou não do Movimento dos CpC! Se deve ser votada em conjunto ou não?

Depois de ouvidos os membros dos grupos parlamentares tendo sido aceite o acrescento da deputada Catarina Martins, já entregue à Mesa, vai passar-se a votação.

Em primeiro lugar, a votação da Moção da CDU e, em segundo lugar, o acrescento do Movimento dos CpC.

### **MOÇÃO**

*A situação dos refugiados e imigrantes na Europa oriundos de várias regiões do continente africano e Médio Oriente*

*“Moção sobre a situação dos refugiados e imigrantes na Europa oriundos de várias regiões do continente africano e Médio Oriente:*

*A CDU julga importante realçar que os actuais movimentos migratórios de centenas de milhares de seres humanos para a Europa são uma fuga à pobreza, à guerra e à morte, arriscando tudo na luta pela sobrevivência.*

*A violação quotidiana do direito destes refugiados e emigrantes à vida e à dignidade - princípio basilar consagrado na Carta das Nações Unidas -, e a imensa tragédia por eles vivida, é uma prova do carácter desumano, espoliador e agressivo dos grandes interesses financeiros e armamentistas, responsáveis pelas guerras de agressão que estão na origem de todo este drama.*

*O Estado Português deve, por razões humanitárias e por obrigação constitucional, tomar as medidas necessárias para lhes proporcionar um acolhimento que permita uma integração plena, designadamente nos planos social, económico e laboral, como expressão de solidariedade dos portugueses para com os povos vítimas das agressões e políticas referidas.*

*A forma deplorável como a União Europeia tem reagido a esta realidade, considerando o direito à sobrevivência de milhões de seres humanos, uma ameaça, abre o campo ao racismo, à xenofobia e a acções criminosas de grupos extremistas de direita.*

*A discriminação na resposta aos problemas humanitários, a pretexto da distinção entre refugiados e migrantes, e as declarações, de partidos europeus e nacionais para, instrumentalizando o drama humanitário criado pelas políticas belicosas dos EUA, da NATO e da União Europeia, enveredarem por novas aventuras militares no Médio Oriente e no continente africano, apenas apontam para o agravamento da imensa tragédia já vivida.*

*A CDU considera que a resposta a esta situação passa necessariamente pelo aprofundamento do respeito dos direitos políticos sociais e económicos de todos os seres humanos envolvidos, e pelo respeito do direito dos povos à paz e ao desenvolvimento, sem ingerência de forças estrangeiras.*

*Só uma política humanitária de apoio aos refugiados e migrantes e o fim das políticas de guerra e de exploração dos povos e países de África e do Médio Oriente pode deixar de alimentar as redes de imigração ilegais e acabar com o desastre e a agressão que atinge milhares de pessoas e famílias.*

*A CDU recomenda à Câmara Municipal que, no quadro do planeamento que deve ser da responsabilidade do Estado Português, se integre no esforço de apoio a estas vítimas, honrando as tradições de solidariedade e humanismo do povo do nosso concelho.”*

### **Deliberação nº 44/2015 (30/09/2015)**

A Assembleia Municipal, sob proposta da CDU, datada de 30 de Setembro de 2015, deliberou, por unanimidade, aprovar a Moção sobre a “A situação dos refugiados e imigrantes na Europa oriundos de várias regiões do continente africano e Médio Oriente”



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

### *Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos*

#### **MOÇÃO**

*A situação dos refugiados e imigrantes na Europa oriundos de várias regiões do continente africano e Médio Oriente*

*“A Assembleia Municipal de Coimbra, reunida a 30 de Setembro de 2016, propõe à Câmara Municipal que Coimbra se declare cidade refúgio e se articule com todas as cidades refúgio, como Barcelona. A Assembleia Municipal propõe que a Câmara Municipal se articule com a Segurança Social, os Órgãos de Coordenação Regional das Políticas de Saúde e Educação para o acolhimento de um conjunto de agregados familiares a definir”*

#### **Deliberação nº 45/2015 (30/09/2015)**

A Assembleia Municipal, sob proposta da CpC, datada de 30 de Setembro de 2015, deliberou, *por maioria, com 6 votos a favor e 42 abstenções, aprovar o acrescento à Moção da CDU sobre “Situação dos refugiados e imigrantes na Europa oriundos de várias regiões do continente africano e Médio Oriente”.*

### *Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos*

#### **III - PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** informou que o Senhor Presidente da Câmara acabou de entregar à Mesa uma “*pen*”, sobre a cidade de Coimbra, que os senhores vão descobrir. São suportes sobre a ideia de descobrir e investir em Coimbra, que se destina a sublinhar, uma das metas que Coimbra quer atingir, porque é necessário descobrir Coimbra e investir nela.

#### **1 - Intervenção do Presidente da Câmara:**

Procurarei fazer uma intervenção breve, dado que, um documento formal foi entregue e distribuídas pelos Senhores membros da Assembleia Municipal sobre a actividade desenvolvida pela Câmara desde a data da última Assembleia Municipal

Permita-me Senhor Presidente e, Senhores Deputados que comece por pedir, que me deixem associar, já o fiz em sítio próprio, ao voto de pesar pelo passamento do Senhor Doutor Pignatelli Queirós, um adversário amigo!

Também lembro, a o falecimento de um outro cidadão de Coimbra, que no tempo do PREC “*endereçou*” o comando com o seu sogro, Professor Paulo Quintela, partilhou lutas importantes na nossa cidade e no nosso país, quero referir-me, ao falecimento do Senhor Professor Ludovico Chailou.

Neste órgão democrático, às vezes sinto que, aqueles que dizem que a política é misera e mesquinha, tendem a ter razão! Mas penso que só têm razão porque, fazem de hipócritas! E, essa é a postura cívica que eu não pretendo. Já aqui hoje ouvi “*coisas*” que eu não pretendo.

Primeiro ponto: coisas várias e afins, como esta afirmação anterior! Penso que não deve ser encarada com violência, mas apenas com rigor linguístico que lhe é próprio. Todas as pessoas de boa-fé e bem informadas sabem, que quem coordena a participação de todos os municípios portugueses, repito, os 308 municípios portugueses, na preparação idónea, adequada, séria e humanista, no projecto de acolhimento dos refugiados, que fogem da fome, da guerra e da morte e que chegam à Europa, quem coordena, em Portugal todos os municípios portugueses nessa operação, é o Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, que é o Presidente da Associação Nacional de Municípios. Não delegou! Faço-o eu próprio, em articulação com as várias entidades do estado que escuso de as referir. Entendo que, a intervenção que devemos fazer com o Estado, sintetizado, é não apenas, por questões humanitárias, não é apenas “*um grito de alma*” de solidariedade, é um acto de cidadania, para



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

vivermos melhor num mundo global e na nossa terra. Se há sítio no país, onde ao longo dos tempos, desde há muito tempo, os estrangeiros, não são estrangeiros, são cidadãos da cidade, esse sítio, é Coimbra! E a nossa cidade é mesmo assim! Está no ADN da cidade! É a nossa forma de ser! É isso que herdámos e é um tesouro que queremos legar aos filhos, sem hipocrisia, sem oportunismo político, de forma honesta, sincera, leal e humanista! É este o trabalho que estamos a fazer e sem vanglória, sem exibicionismo, com os cuidados indispensáveis para impedir que se gere, onde quer que seja na sociedade portuguesa, ou noutras qualquer espírito, extremamente pernicioso de processos perversos, racistas ou equiparados. Visite-se a história da II Guerra Mundial e, veremos como dos vários sítios das fronteiras e dos mouros e dos pontos de combate, houve práticas execráveis e não podem repetir-se. É esse o meu espírito e o meu trabalho! Grupo especial, que está a desenvolver a sua actividade, sem propaganda, nem vanglória! Faço-o por cidadania! Naturalmente, que acolho e um conforto, que a Assembleia Municipal de Coimbra, manifestar esta Moção, que registo com apreço. É esse o trabalho que estamos a fazer! E, que estamos a fazer, sem vanglória, nem propaganda, nem oportunismos. O acolhimento de refugiados, é uma questão de Estado, de um Estado civilizado, ou seja do Estado Português. É uma responsabilidade de vários órgãos do Estado, do governo e de todos órgãos de soberania, sublinho, todos os órgãos de soberania e do governo e sublinho dos diversos ministérios, desde a cultura até segurança social, desde a saúde até ao emprego, todos! Portanto, uma postura diferente desta é uma perversidade, que eu não partilho. Por isso, o alerta cuidadoso e forma como temos vindo a tratar este problema, com todo o cuidado, para que movimentos chauvinistas ou outros, não venham criar perversidades e abusos. Nós ou os vindouros se venham a arrepender! A questão é muito séria e deve ser encarada com seriedade.

Estamos a chegar ao fim de Outubro!

Iremos celebrar o feriado, tendo o acto simbólico de deposição de uma coroa de flores no busto de António José de Almeida. Fá-lo-emos cerca das 11 horas da manhã e peço que aceitem o convite para partilharmos esse evento, uma data histórica também da nossa cidade e também do país. Serão fraternalmente bem recebidos!

Antes disso, há o dia 4! É uma data importantíssima! A única referência que o Presidente da Câmara Municipal de Coimbra faz sobre isto, é que é importante que todos os cidadãos votem. E por isso, temos equipas municipais vastas, a trabalhar, longas horas, a trabalhar com afinco, para que todo o processo eleitoral decorra em Coimbra, com brio cívico e democrático. Antes do dia 4, vamos ter na véspera e a coincidência, não tem nenhuma relação, é mera coincidência, vamos ter no Quartel da Brigada de Intervenção, somos acolhidos por uma organização com doceiros, com várias entidades, uma operação gastronómica de projecção da cidade que é a “7ª Mostra de Doçaria Conventual e Regional de Coimbra”. É mera coincidência, mas provavelmente, não é por acaso! No sábado, para reflectir, com os doces de excelente qualidade, para quem diz que Coimbra está morta, não tem coíssima nenhuma, os “apoucados” da cidade, dizem isso! Compreendo! São convidados a partilhar também, esta “Mostra de Doçaria Conventual e Regional de Coimbra”, onde participam a generalidade dos doceiros de Coimbra.

Vai realizar-se, o “Colóquio Luso-Brasileiro – Histórias e Culturas da Alimentação”. Também aí vai o convite!

Antes disso, porque as datas foram impostas, na véspera do dia 3, foi fixado pelo Governo, contrariamente aquilo que havia sido recomendado pelos municípios, que a data limite de apresentação, ou de submissão das candidaturas dos PEDUS - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Sustentável e que foram referidos como grandemente importantes, mas a intervenção que houve sobre esta matéria, penso que só leu, a comunicação do Conselho de Ministros, acerca da questão. A questão é muito mais vasta, Como se verifica, não tiveram tempo de ler a vasta documentação. Desde os estudos de mobilidade, até á estratégia global para o concelho e para os concelhos limítrofes, designadamente os da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

verificará que é um trabalho feito com grande qualidade. Mas, é conveniente ler de novo o aviso do concurso, que quem aprova, é o Governo e que impôs assim e, a Unidade de Gestão da CCDRC, ao inaugurar a data, há última da hora, a data limite, que não permitiu tempo de discussão suficiente e que nós gostaríamos de fazer, alargam o prazo no penúltimo dia, para os tais planos, que em princípio temos que o fazer agora, a estas horas. É um trabalho que leva 6 dias a trabalhar numa plataforma. Esta é a burocracia que dizem, que não há, há é esta e vai ser submetido! Mas quem lê o aviso de concurso e as regras do jogo perceberá que isto é uma candidatura e depois haverá a fase seguinte que é na segunda-feira, que é a negociação, ou operação candidatada, para ver se ela é elegível, se é aceite, se tem dotação, se o orçamento comunitário, é esse. Vai haver assim, um longo caminho de negociação. O que a Câmara Municipal de Coimbra está a fazer, é uma candidatura com um investimento de 69 milhões de euros. Associado a isto, acabou de conseguir-se aprovar, a estratégia de desenvolvimento local para pequenas iniciativas, pequenos investimentos de criação de empregos, ao nível da comunidade periférica da cidade e, da cidade com determinação do Governo, nós não podemos candidatar o concelho. É a primeira vez que Coimbra, integra ou acolhe uma DLDC com empresas, com agentes económicos, com agentes associativos, com juntas de freguesias. É a primeira vez que é acolhida com uma dotação (foi o melhor que se conseguiu) de 6 milhões de euros, para esse objectivo. Está em discussão. A esta hora está reunida, a Direcção da DLDC para afinar as estratégias para a etapa seguinte. Mas tudo isto tem um detalhe! É que até agora, os Fundos Comunitários de Portugal 20/20, só foram disponibilizados, para fazer estudos. Parece que alguns, ainda querem mais estudos, como parece estar a acontecer com, a Sociedade de Mobilidade Metro Mondego! Por aquilo que se lê nos jornais, parece que foi encomendado um estudo, ao LNETI e o estudo terá concluído, que é preciso fazer outro estudo. Basta de tanto estudar! Está estudado! Os estudiosos da coisa já receberam honorários e gratificações que cheguem para pagar os estudos ao serviço da comunidade, conjuntamente e deixar de manter as suas obras bloqueadas pelas empresas, para a pessoas utilizarem e não propagarem os valores justificados na revelação dos estudos. É para fazer! É isso que eu defendo.

E é isto que estamos a tratar no âmbito da operação dos “*Caminhos de Fátima*”. Reúne amanhã a pré Assembleia Geral, constituindo da Associação dos “*Caminhos de Fátima e Santiago*”, neste caso, é formalmente designada “*Caminhos de Fátima*”. Espero que venha Assembleia Municipal próxima, a autorização devida, sobre os estatutos e a autorização à Câmara, para integrar este projecto. Ele decorre sobretudo, na cidade do Porto e de Fátima. Nós incluímos neste traçado, neste projecto, os estudos que tínhamos e aplicando-os sobre os “*Caminhos de Santiago*” já referenciados e devidamente demarcados. Há 14 municípios que estão a trabalhar no projecto. Amanhã, é a última reunião plenária, para confirmar e validar a formalização de candidatura, o desenvolvimento do processo administrativo, o visto prévio do Tribunal de Contas, de estatutos, de detalhes, etc. As formalidades, espero que, depois da reunião de amanhã estar em condições de apresentar à Câmara, o visto formal e à Assembleia Municipal, para pedir autorização para avançarmos nesse sentido.

Lembro que estão em construção os “*Caminhos de Fátima e de Santiago*” nas margens do Mondego, entre a Ponte Açude e o Choupal. Quando se trata aquilo, vamos avançando neste nosso trabalho, que coincide com a ciclovia, que pode ser observada, entre a estação do caminho-de-ferro e que ficará pronta em muito breve.

Foi posta aqui uma questão, que é importante e que tem a ver com as próximas eleições. A questão do voto dos acamados! O processo, foi o Senhor Presidente da União de Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas que pôs a questão. Pode haver noutras! Obedece as normas da Comissão Nacional de Eleições. Os acamados que se encontravam registados, a Câmara foi lá, a Câmara, a Mesa eleitoral designada para o efeito, foi a todos. Às prisões, aos hospitais, onde ouve o pedido, cumpridas as normas estipuladas. Outras questões supervenientes, terá de ser o cidadão a chamar os bombeiros. É isto que está fixado na jurisprudência, do “*modus operandi*”. É o cidadão que chama os bombeiros!



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Outro tipo de procedimento pode ser mesmo susceptível de criar queixas e questiúnculas, que eu sugiro que se possam evitar.

Eu não me vou meter na guerra das “*placas*”.

Porque das pequenas obras que tenho feito, tenho tido o cuidado de anunciar oficialmente, que elas são abertas ao uso da comunidade, ao público. Isso para mim, é a grande marca. É tornar acessível, à utilização comum, dos investimentos que a Câmara Municipal faz. Isso é o que faremos do Convento de S. Francisco e o que faremos em Brasfemes.

Não me meterei na guerra das “*placas*”!

Agora, há aqui uma questão que me toca! Eu de facto tenho famas, umas justas, outra nem tanto, mas tenho uma das famas de sem ser penalista, por mim, substituí-a isso, por apaixonado, estudar e trabalhar afincadamente, sem ser doente, por isso. Questionar e trabalhar! Gosto! E há coisas que são complicadas. É que todos os dias, uma boa parte do nosso tempo de autarcas, é queimado na burocracia do erro ortográfico “*perro*”, determinada e imposta pelo governo, Senhor Deputado Nuno Freitas. O governo faz esta desgraça, acredite! O governo aprovou uma Lei, a 73/2013, a 75/2013, a 72..., todas as leis “*perras*” que leva a que por exemplo, uma escritura de adjudicação de uma empreitada tem que ir à Câmara. A Câmara decide, aprovar a empreitada. Vai para o notário público, cujos, com todos os documentos e informações, redigem a minuta da escritura ou do contrato. As leis “*perras*” obrigam a que, feito esse trabalho, por quem sabe, ele seja submetido de novo a despacho do Presidente da Câmara, que por sua vez, tivesse sido a Câmara Municipal a deliberar, tem de ir à Câmara e, se for alterada uma vírgula, volta ao tabelião, volta a “*subir*”! Claro que isto foi feito, por quem não percebia nada de administração pública. Terá que ser corrigido, é importante e urgente porque, o próprio governo, também se armadilhou com isto! A administração central também está imbuída do mesmo vício. É o vício do centralismo, que leva a esta desgraça!

Já aqui foram referidos, no relatório intercalar do Revisor Oficial de Contas e a proposta da Assembleia Municipal refere-o, eu assumo aqui esta parte: o IMI, o acréscimo de ano para ano, por lei, por imposição dos centralizadores, dado governo, (foi proposta do governo) determinaram que o acréscimo da colecta do IMI tem que ser aplicado, obrigatoriamente, em 3 hipóteses:

Hipótese 1 – Capitalização do FAM, dinheiro da banca, das finanças para ficar lá cativo, á ordem da conveniência de quem apeteecer ou puder;

Hipótese 2 – Pagar dívidas, segundo o mês de Agosto anterior, o sistema do centralismo da DE GAL onde houver dívidas a fornecedores com mais de 90 dias, não era o caso de Coimbra,

Hipótese 3 – resolver contratos de empréstimos, para reduzir as dívidas de empréstimos bancários.

A opção da Câmara, ... o valor foi cerca de 1.192. 896,32 euros e a decisão que foi tomada foi, de reduzir o empréstimo que tínhamos contraído para a obra do Convento de S. Francisco, e que estava extremamente oneroso era a taxa Euribor, mais 3.47 de spread. A nossa opção foi essa! Mas, percebase que este ponto é importante! É que o acréscimo da receita do IMI, quando a houver, ele é cativo, por ordem dos centralistas, que até nisto, querem decidir sobre a boa gestão de um Câmara, ou não. Portanto, é um excesso de controleirismo que não tem razão de ser.

Senhor Presidente e Senhores Vereadores, não quero deixar de referir também e informar a Assembleia Municipal e convidar, em aberto, todos para a Feira do Património, que vai ter lugar, vai arrancar agora dias 7, 8 e 9, salvo erro de modo a que se possa mostrar que Coimbra, é uma cidade cheia de vida, onde verificarão pelo documento de suporte que foi distribuído, pelo seu suporte, verificar-se-á que Coimbra tem sido uma cidade activa. Pelo relato que aqui se verificará, Coimbra é uma cidade activa, até nas comunicações. Nesta parte das comunicações, aproveito para dizer que, na área do Património Mundial da Humanidade, já temos instalado e a funcionar, a Rede “Coimbra Mais” que dá aceso livre e gratuito a qualquer cidadão, que queira usar a internet.

Por razões políticas, eu vou ter que estar uns períodos ausentes, devido à operação de campanha do meu partido, do Partido Socialista, que provavelmente a generalidade dos presentes conhece e que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

também é, um dever cívico, que eu vou ter que desempenhar. Ficarei representado pela Senhora Vice-Presidente, Rosa Reis Marques, que o fará em nome da Câmara, com mandato para o efeito.

### **Intervenção da deputada municipal Catarina Martins (CpC):**

... *Diálogo imperceptível. A deputada Municipal falou fora do microfone.*

... no entanto no “*Período de Antes da Ordem do Dia*”, houve uma deputada da Bancada do Partido Socialista, que nos deu felizmente, uma informação mais detalhada das políticas da educação da Câmara, as quais, infelizmente, nós não temos acesso, e nos disse que foram, salvo erro, porque não tenho acesso a essa informação, gastos 91 mil euros na aquisição de manuais escolares, para os alunos beneficiários da acção escolar do 1º ciclo. Acontece, que têm chegado e, enquanto mãe de uma criança do 1º ciclo, têm-me chegado imensas queixas de crianças, que receberam de facto os manuais escolares, mas, apenas um livro de leitura, enquanto que os manuais de exercícios de actividades, não foram recebidos. Os serviços camarários da educação, certamente que sabem disto, porque têm recebido imensas queixas. Ora, as professoras e os alunos estão desesperados, com a alteração desta medida! Eu gostaria de saber o que é que motivou esta alteração da política.

### **Intervenção do deputado municipal Nuno Freitas CPC):**

No “*Período de Antes da Ordem do Dia*” tínhamos a Moção das Repúblicas. A Moção das Repúblicas, tem um requerimento que querem que a própria Assembleia Municipal, tome uma deliberação sobre o interesse municipal. Talvez até para esse feito, devesse estar inscrito na “*Ordem de Trabalhos*”. Não votando agora, que até concordo e deveríamos fazer constar, porque o requerimento é claro, a Moção é clara, é dirigida à Assembleia Municipal, é dirigida a nós, e no seu final diz ... “*pedimos à Assembleia Municipal de Coimbra reconheça e declare as Repúblicas de Coimbra, Património Cultural e Material de Interesse Municipal*”. Julgo que é uma deliberação, até do ponto de vista formal, significativa. Não sei se num se no ponto de “*Antes da Ordem do Dia*” ficaria bem. Nós passamos sobre ela, mas há um pedido de petição pública e que julgo que nós deveríamos repensar e votar.

### **Intervenção do Vereador Jorge Alves:**

O programa de atribuição de manuais escolares, que foi realizado neste ano lectivo e, a aquisição que foi feita para as crianças dos escalões A e B, os mais carenciados e aqueles que muitas vezes, ao atribuírem um valor, leva a que muitas vezes, a que depois os manuais não chegam, que as verbas sejam aplicadas de outra forma, foi em função daquilo que foram as recomendações e, aquilo que são os manuais adoptados pelos agrupamentos de escolas. Os chamados livros de testes, ou de exercícios, não constam dessa lista, adoptada pelos agrupamentos de escolas. Está neste momento em avaliação, há algumas escolas que efectivamente consideram que é importante a aquisição dos livros de testes e de exercícios e está em avaliação com os agrupamentos de escolas a análise da necessidade ou não de adquirir ou não os livros de testes. Há muitas escolas que não os pretendem utilizar. Recorrem à questão da fotocópia. É uma opção pedagógica dos agrupamentos, que naturalmente se se entender que é fundamental e necessário, será adquirida já nos próximos dias. É isso que está a decorrer. Também não há assim tantas reclamações, como isso! As reclamações ou as sugestões têm que vir, via agrupamento. Ainda na semana passada, tive em reuniões com os directores dos agrupamentos de escolas, para avaliar essa situação, sem qualquer tipo de pressa. Claro que as editoras normalmente, recomendam o pacote completo e muitas das vezes, metade desse material, acaba por não ser utilizado ao longo do ano.

## **2 – Parque Tecnológico de Coimbra – 2ª fase – 1ª rectificação da declaração de utilidade pública – zona 1 do processo de expropriação das parcelas necessárias à obra de construção;**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

### **Deliberação nº 46/2015 (30/09/2015)**

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, datada de 18 de Agosto de 2015, deliberou, *por maioria, com 46 votos a favor e 2 abstenções*, aprovar a **1ª rectificação da declaração de utilidade pública – zona 1 do processo de expropriação das parcelas necessárias à obra de construção do Parque Tecnológico de Coimbra – 2ª fase.**

### *Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos*

### **3 – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas – situação económica financeira do Município de Coimbra referente ao 1º semestre;**

#### **Intervenção do deputado municipal Sampaio e Nora (CDC):**

Antes de começar a minha intervenção, não quero deixar de me associar ao voto de pesar, pelo falecimento do Dr. Pignatelli Queirós, que foi meu colega de bancada durante 4 anos, com início na década passada. Pessoa, extremamente convicta de princípios e de situações e perfeitamente empenhada na causa municipal, o que sempre apreciei nele. Lamento de facto, o seu desaparecimento e sobretudo lamento, porque nos privou da sua companhia, que era sempre muito importante, porque ele conhecia profundamente os problemas locais.

A minha intervenção neste ponto, tem a ver com o seguinte: Em Novembro passado pela voz da minha colega de bancada, substituta, Drª Maria Helena Mendes, o CDC propôs, que a taxa do IMI fosse reduzida ao mínimo, que era permitido legalmente. Por umas contas que aqui foram ditas, que não se justificava, que não valia a pena andar, então, foi fixada a taxa que foi fixada. O resultado foi aquele que nós já tínhamos previsto, ou seja há um aumento de quase 2 milhões de euros de cobrança de IMI. O Senhor Presidente, já aqui não está, mas se calhar sou daqueles que fazem parte daqueles “apoucados” que ele fala, porque não vejo qual é a política de habitação que ele tem e, não é com doces, que até não lhe posso tocar, por uma questão de saúde, que lhe vou adoçar a boca, mas a questão que se passa é a seguinte: vê-se que em matéria de habitação para a cidade, a Câmara continua a não ver as coisas como deve ser e, já que estamos a falar de IMI, foi essa a razão da minha intervenção, eu estava à espera na Assembleia Municipal de hoje, ver aparecer uma proposta da Câmara, usando daquela faculdade de reduzir o IMI, para famílias como mais filhos. Teoricamente deveria ter sido aprovada até hoje, tanto quanto eu sei, e não foi, não apareceu nada! Claro que, esta proposta, não pode servir, como certamente alguns iriam dizer...”isto vai beneficiar aqueles que têm mais dinheiro...”. Não! Não tem nada a ver com dinheiro, tem a ver com as famílias, com as pessoas que compõem o agregado familiar. Acho que, em matéria de política de habitação e da sua intervenção, através da taxa municipal, que é o de IMI, a Câmara Municipal de Coimbra, continua a ser um “zero de ideias” e, sobretudo, se tivermos em conta, foi dito pelo Senhor Presidente, que o excesso, não é para aplicar em favor do município, é para entregar a outras entidades. A culpa é dos burocratas de Lisboa, segundo ele diz, mas, o que é certo, é que ele, também não usa as possibilidades que os burocratas de Lisboa dão, para deixar na posse dos cidadãos de Coimbra, os rendimentos que ele depois tem que afectar a outros destinos.

Não posso deixar de lamentar, mais uma vez, que a Câmara Municipal de Coimbra, não tenha revelado a preocupação pela habitação, em Coimbra dos seus próprios co-cidadãos.

#### **Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):**

Só para lembrar que nunca antes, neste Município, se tinha praticado uma taxa de IMI tão baixa, como esta, por iniciativa própria do Executivo Camarário, que a taxa baixou, 1 ponto percentual, inferior àquela que esta Assembleia Municipal propôs de acordo com os demais líderes.

#### **Intervenção do deputado municipal Júlio Gaudêncio (CPC):**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Efectivamente, a questão do IMI é muito importante e, quando nós salientamos o facto de haver um crescimento exponencial, a ser considerado nas cobranças do IMI, essas cobranças são afectadas pelos portugueses e nomeadamente, pelo Município de Coimbra. Porquê? Porque efectivamente, a taxa baixou ligeiramente, mas por grande pressão, quer desta Assembleia, quer dos membros desta Assembleia, para que baixasse, já há 2 ou 3 anos e, por outro lado o Senhor Deputado Ferreira da Silva esquece-se da valorização que foi feita através das finanças do valor dos imóveis. Obviamente, que isso tem custos enormes para as famílias e que deveria ser considerado por esta Câmara, dado que, o grau de receita que é cobrado é extremamente elevado e que poderia beneficiar um pouco as famílias. Há aqui um aspecto que também gostaria de realçar. Na execução orçamental, quanto à sua execução, nós verificámos que no primeiro semestre, executamos apenas, 38% das receitas correntes e 17% do investimento de capital. Daí a minha crítica de há pouco, por uma nova estratégia, para o desenvolvimento de Coimbra. Efectivamente, se as receitas correntes, são em regra, para todas aquelas actividades que qualquer pessoa, que esteja na Câmara Municipal executa, já as despesas de capital, tem que haver visão estratégica, para a sua aplicação, quer em obras e benefícios dos contribuintes e dos munícipes Coimbra, quer na sua generalidade, para toda a população. Fiquei preocupado com este relatório porque, se no 1º semestre de 2015, há efectivamente um cálculo de execução de apenas de 31%, o quer dizer que, provavelmente em Dezembro deste ano, teremos uma execução, na casa dos 60 e poucos %, se tudo correr linearmente, o que nem sempre é assim. Mas mais grave Senhor Presidente, é que temos aqui, já, compromissos assumidos de 53,5 milhões que ainda não estão pagos, mas já estão assumidos, o que quer dizer que, esta execução, salta, com os compromissos pagos e com os assumidos, para os 80% da despesa que estava prevista, para o Município de Coimbra, este ano. O que quero dizer é que temos que ter aqui alguma preocupação, porque temos um semestre, que pode não estar assegurado pelas verbas e, sem contar com os 18 milhões que transitaram do ano passado, como receitas para assegurar isto.

### **Deliberação nº 47/2015 (30/09/2015)**

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, datada de 25 de Setembro de 2015, deliberou, *tomar conhecimento sobre a situação económica financeira do Município de Coimbra referente ao 1º semestre da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas*

### **4 – Património da Assembleia Distrital de Coimbra, afectado à CIM-Região de Coimbra, pelo despacho 3778/2015 de 18 de Março, do Secretário de Estado da Administração Local - Avaliação patrimonial e legal da situação criada;**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que entrou na Mesa, uma Proposta de Deliberação, conclusiva, após debate sobre este ponto, que é assinada pelos Deputados de todos os Grupos Políticos, com representação na Assembleia da Região de Coimbra. Deveria ser assinada por mim, e que eu assinaria de bom grado, só que não a assino, pela simples razão: eu considero que há uma incompatibilidade, entre a minha condição de ser Presidente daquela Assembleia. Este documento, é um documento que vai ser dirigido a mim, e eu não me coloco na posição de estar a assinar coisas, para eu próprio, ter de me pronunciar sobre elas. Não me ficaria bem, na condição de Presidente que sou da Região e do seu Parlamento. É só essa a razão por qual não assino e não acompanho todos os outros meus colegas de todas as bancadas. O único partido que não tem representação nesta Assembleia, é o CDS, mas isso não decorre da vontade do CDS, mas sim da contabilidade eleitoral, sabendo no então eu, que o Dr. Sampaio e Nora, não nos abandonará e que a posição que o Senhor Deputado Sampaio e Nora tem sobre esta matéria, talvez seja mais dura do que aquela que está aqui expressa.

### **Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Permita que diga e que lembre, que é uma proposta de deliberação de todos os deputados à Assembleia Intermunicipal da Região de Coimbra, eleita por esta Assembleia Municipal de Coimbra. Obviamente que não está assinada por todos eles e com pena de todos nós pelo saudoso Dr. Pignatelli, E diz esta Proposta de Deliberação, o seguinte:

### **PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO**

#### **Ordem de Trabalhos – Ponto n.º 4**

***“Avaliação patrimonial e legal dos bens a que se refere o Despacho n.º 3778/2015 do Sr. Secretário de Estado da Administração Local, publicado na 2ª Série do DR, n.º 74 de 16 de Abril de 2015 e que constituíram a universalidade jurídica indivisível da Assembleia Distrital de Coimbra.***

1 – O Despacho n.º 3778/2015 do Senhor Secretário de Estado da Administração Local, publicado na 2ª Série do DR, n.º 74 de 16 de Abril de 2015, declarou a **Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra**, a entidade receptora da universalidade jurídica indivisível da Assembleia Distrital de Coimbra e uma vez que esta não cumpriu os requisitos previstos no n.º 5 do art.º 3º da Lei 36/2014 de 26 de Junho, ou seja, a deliberação relativa à afectação da referida universalidade.

2 – Na ausência de tal deliberação da Assembleia Distrital de Coimbra, não pôde ser dada a conhecer o conjunto de bens e direitos que integram a referida universalidade, nem a esta **Assembleia Municipal de Coimbra**, nem às demais que integram aquela Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.

3 – Esta Assembleia Municipal ignora, porque tal nunca lhe foi comunicado, o teor da comunicação ao Governo da aceitação da referida universalidade de bens a que se refere o citado despacho n.º 3778/2015 do Senhor Secretário de Estado da Administração Local.

4 – Esta Assembleia Municipal em sua reunião realizada em 22 de Dezembro de 2014, recusando eficácia a qualquer deliberação da Assembleia Distrital de Coimbra, deliberou por unanimidade e fez saber ao Senhor Secretário de Estado da Administração Local pelo seu ofício n.º 1884 de 14 de Janeiro de 2015, da sua “...**disponibilidade de aceitação total e sem qualquer condição, reserva ou termo, da universalidade jurídica do património da Assembleia Distrital de Coimbra**”, como efectivamente o exige o n.º 6 do artigo 3º da Lei n.º 36/2014 de 26 de Junho.

5 – Com efeito, esta disposição do n.º 6 do artigo 3º da Lei n.º 36/2014 refere que as decisões das entidades receptoras, no caso da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, sendo no sentido de uma aceitação parcial ou sob condição ou termo, são equiparadas à **rejeição da respectiva universalidade**.

6 – Os membros desta Assembleia Municipal ignoram por completo o teor da decisão da referida entidade receptora, a **Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra** e assim se a aceitação foi parcial ou total ou mesmo se ficou sujeita ou não a qualquer condição ou termo.

7 – Tal questão ou conhecimento é essencial aos legítimos interesses do Município de Coimbra e suas populações, pois que na quase totalidade desse património realizou avultadas benfeitorias susceptíveis de lhe conferir só por si o direito de retenção, para além de avultadas despesas que aliás se mantém.

8 – Independentemente da questão de competência do órgão da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra que comunicou ao Senhor Secretário de Estado da Administração Local a aceitação da universalidade do património da Assembleia Distrital de Coimbra em causa, não se ignora que “Compete à assembleia intermunicipal: “...apreciar o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação e, (...)” (cfr. art.º 84, b) da Lei 75/2013 de 12 de setembro);

9 – Os membros desta Assembleia Municipal ignoram se alguma vez ou em algum momento foi presente à Assembleia Intermunicipal “...o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação...”, nos quais necessariamente se têm de inserir os que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

*constituem a universalidade jurídica patrimonial dos bens da Assembleia Distrital de Coimbra e de forma a saber se efectivamente, quer a decisão da aceitação da universalidade por parte da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, quer o referido despacho n.º 3778/2015 observa ou não o disposto no n.º 6 do art.º 3º da referida Lei 36/2014 de 26 de Junho.*

*10 – É que, não observando, como decorre da lei, concretamente da alínea b) do art.º 5º da Lei 36/2014 de 26 de Junho, a referida universalidade patrimonial da Assembleia Distrital de Coimbra, é subsidiariamente transferida para o município da capital do respectivo distrito, no caso, o distrito de Coimbra e nesse sentido oficiosamente revogado e corrigido o referido Despacho n.º 3778/2015, publicado na 2ª Série do DR, n.º 74 de 16 de Abril de 2015, do Sr. Secretário de Estado da Administração Local.*

*11 – Assim e nestes termos, esta Assembleia Municipal delibera:*

*1 – Que a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra remeta, com carácter de urgência, o teor da decisão ou cópia integral do ofício que comunicou ao Governo a aceitação da universalidade patrimonial da Assembleia Distrital de Coimbra, a que se refere o Despacho n.º 3778/2015, publicado na 2ª Série do DR, n.º 74 de 16 de Abril de 2015;*

*2 – Solicitar ao Senhor Secretário de Estado da Administração Local, qual em concreto o conjunto de bens e direitos patrimoniais que integram a universalidade jurídica do património da Assembleia Distrital de Coimbra a que se refere o seu Despacho n.º 3778/2015, publicado na 2ª Série do DR, n.º 74 de 16 de Abril de 2015 para que esta Assembleia Municipal possa apreciar se o mesmo respeita o disposto no n.º 6 do art.º 3º da Lei 36/2014 de 26 de Junho;*

*3 – Solicitar à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, informação sobre a regularização eventualmente promovida, designadamente perante as Conservatórias do Registo Predial de Coimbra e de Miranda do Corvo, de bens patrimoniais que integrem a referida universalidade, como o é da sua responsabilidade por força do n.º 2 do art.º 4º da Lei 36/2014 de 26 de Junho;*

*5 – Solicitar ao secretariado executivo intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, se no âmbito das competências que lhe são atribuídas, se estão previstos investimentos, nomeadamente de conservação do património em causa, nos bens que integram a referida universalidade;”*

É esta a proposta assinada por todos os deputados.

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** informou que fomos agora surpreendidos por uma decisão do Governo, dizendo que a deliberação da Assembleia Distrital é “nula”. Recolhe dessa decisão, “nula”, o efeito de entregar os bens, porque é “nula”, à CIM e não, à entidade que deveria recebê-los legitimamente, que era a Câmara Municipal. Por vezes é melhor escrever. O que se passa neste processo é que, o Governo decide, uma ilegalidade por parte da Ex-Assembleia Distrital de Coimbra, mas retira-lhe dessa ilegalidade, retira-lhe o efeito de desviar os bens do seu destino natural, que a própria lei anterior, em vigor, previa, que eles viessem para a Câmara Municipal de Coimbra, para o Município de Coimbra e que mandam-nos, por força dessa “*não decisão*” e dessa ilegalidade, mandam-nos para a CIM. Eu até nem sei mesmo, se de facto, a deliberação da Assembleia Distrital sobre esta matéria, está viciada ou se foi intencional, isto então, leva-nos a conclusões, bastante mais complicadas. É um absurdo! Vamos decidir ilegalmente, para obter o resultado que temos já que ilegalmente isto vai para a CIM e não para o Município de Coimbra. A segunda questão é uma questão, que é: afinal o que é que se transferiu? Universalidade? Toda a gente sabe o que significa “*Universalidade*”! Para começar, eu tenho as maiores dúvidas que todo o Património da antiga Assembleia Distrital de Coimbra seja ele todo, uma universalidade? Universalidade é um conjunto de bens e de direitos, é um acervo, ligado entre si, por uma funcionalidade comum e, não admito e ninguém acredita, que todos os bens de diferentes naturezas e todos os direitos de diferentes naturezas, que estavam “*pendurados*” e passo a expressão, na antiga Assembleia Distrital de Coimbra, estivessem todos ligados entre si, por uma finalidade pública! O Aeródromo, não tem nada a ver, com



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

o Instituto Miguel Torga! O Instituto Miguel Torga, não tem nada a ver, com o Aeródromo! O Jardim da Manga, não tem nada a ver, com a Urbanização da Quinta da Machada. Manter tudo isto, numa universalidade, ... falta uma explicação para o nexo de funcionalidade, que é o fundamento da própria universalidade. A lei, já de si, peca por incongruências e contradições, dificilmente sanadas, agora, retirar de um não cumprimento da lei, a conclusão que, já que não cumpriram a lei, se portaram mal, então esse tipos do Município de Coimbra que acham que têm direito, ao Jardim da Manga, que até sempre foi de Coimbra, ao Aeródromo, que até sempre foi de Coimbra, ao Miguel Torga que sempre foi gerido directamente através da influência da Câmara de Coimbra, vamos retirar isso tudo e vamos enviar isto, para uma entidade mais ou menos, abstracta, um “saco sem fundo”, gerida por 19 Municípios, que naturalmente, nunca se preocupou com o destino, sobre a ordem a dar, a semelhante património. De facto isto passa pela delapidação dos interesses da cidade. Nem que não fosse por estas razões, por razões até de interesse cultural! Porque, explicar às pessoas, que o Jardim da Manga é gerido pela Câmara Municipal de Oliveira do Hospital? Mas se os Senhores quiserem concluir que eu não tenho razão, que o Jardim da Manga é inequivocamente da cidade de Coimbra, eu fico muito contente, mesmo que eu não tenha razão. Se por mero exercício dos poderes desta Assembleia e da Câmara Municipal, dentro de muito pouco tempo, não ficar claramente esclarecida, conforme quer esta solução, qual é a situação deste património, sinceramente Senhores Deputados, eu assumo as responsabilidades, enquanto Presidente da Assembleia Municipal e farei tudo, para que este assunto seja levado, para a via judicial, para que os tribunais se possam pronunciar sobre este problema, porque tudo o resto, seria fazer “*vista grossa*” duma pesada ilegalidade, que se está a cometer contra a cidade de Coimbra que nós, os representantes dos cidadãos da cidade, não podemos aceitar. Era isto que vos queria dizer e apelar que confortem esta resolução, com o vosso apoio de forma a que, tenhamos uma capacidade de persuasão, até negocial ser for o caso, ou pelo menos de conversa, se for o caso, com as instituições que neste momento detêm os bens, para encontrar uma solução e, se não for uma solução, pelo menos, um esclarecimento, porque nós não sabemos nada! Nunca ninguém nos explicou nada! E nem eles, entre si, comunicaram nada uns aos outros! Qual é a lista de bens da Assembleia Distrital de Coimbra e que foi para a CIM? Qual é? E não terá acontecido que no trânsito dos bens, alguns tivessem ficado pelo caminho? E onde é que esses bens, que ficaram pelo caminho, estão? Espero que desta vez, não fique nada pelo caminho, porque nós, estamos de olhos abertos. Gostaria que vocês se confortassem, com esta possibilidade de pelo menos, obrigar as instituições a serem confrontadas, com as suas próprias deliberações e, não fazerem do segredo e da burocracia, uma arma de arremesso, contra o Município de Coimbra, porque é isso de facto, que está aqui a aparecer. O silêncio é uma arma muito forte! Manda quem pode!

### **Intervenção do deputado municipal Sampaio e Nora (CDS):**

Referiu um dado que aqui não está, que é o seguinte: “*foi declarada nula a deliberação da Assembleia Distrital*”, que está aqui referida e, que disse agora, na sua intervenção. Onde é que vem essa deliberação, como é que a Assembleia Municipal, como é que o Senhor Presidente soube dessa deliberação? A questão que eu ponho aqui, é só esta: este despacho é de 16 de Abril de 2015! O vício que eu, eventualmente possa padecer, é o vício da anulabilidade! É certo, que a Câmara tinha um prazo, para o arguir, perante os tribunais administrativos, porque isto é um despacho administrativo! É certo que há uma faculdade que é, no prazo de um ano o Ministério Público, avançar com essa situação. Acho que a questão que se pode por aqui, é de se não deveremos acrescentar mais um ponto aqui na deliberação, no sentido de ser oficiado no Ministério Público, caso não haja uma qualquer “*quebra de silêncio*” por parte do Estado e de avançar com a respectiva acção. É uma questão que deixo aos promotores.

### **Intervenção do Deputado municipal Nuno Freitas (CPC):**

Tenho que fazer notar três aspectos.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Primeiro lugar: o processo está perdido! E está perdido, ingloriamente. É certo que, a Assembleia Distrital de Coimbra, sempre foi uma nebulosa. Nunca percebi muito bem, nem os seus poderes, nem qual o seu património. A Assembleia Distrital de Coimbra, é uma entidade meia mística, que existia com alguns poderes, com património, etc. Portanto uma entidade dúbia. Mesmo a sua resolução! Mas o processo, é de facto é mau!

O processo é revelador de dois aspectos que acho que valem a pena, tirar também para futuro.

Por um lado, o concerto regional. Nós que estamos aqui, designadamente do nosso lado, temos responsabilidades também regionais e, também políticas nacionais e, neste concerto regional ver uma solução uma continuada animosidade dos presidentes de Câmara do próprio distrito, contra Coimbra, isto tem de nos motivar alguma reflexão. Nós não podemos andar só na contenda e na peleja!

Há qualquer coisa aqui, que não estamos a conseguir fazer, com os presidentes de Câmara do nosso distrito, já não digo da nossa região! Ainda para mais quando há aqui do lado do Partido Socialista, uma entidade política como o Dr. Ataíde, aqui, na Figueira da Foz!

Será que o Dr. Athayde tem uma animosidade assim tão grande com o município de Coimbra, ou até com outros presidentes de câmara aqui há volta, muitos deles residem em Coimbra? Há qualquer coisa aqui para aprendermos neste processo.

O segundo ponto é também, agora prático. Nós podemos insistir, e subscrevemos um pouco, porque não queremos diminuir a nossa própria deliberação da Assembleia Municipal, que foi bastante contundente e afirmativa, mas virmos agora, com uma nova Assembleia Municipal, a pedir documentos! Nós sabemos muito cinicamente, que muitos desses documentos, não vão existir!

É esta a estratégia viável para isto?

Se é para impugnar, então compreendo melhor, a postura do Dr. Sampaio e Nora, impugna-se a decisão dos tribunais, impugna-se a decisão do governo, impugna-se a decisão da CIM!

É essa a nossa discussão política?

Que risco é que nós, além da questão patrimonial, já não quero falar na questão emocional, porque emocionalmente, estamos “*tocados*” pela questão patrimonial, mas não me choca nada, partilhar a gestão de alguns bens e de alguma matéria, até provavelmente, poderão aceder a alguns financiamentos que provavelmente o Município poderia não fazer.

Em relação ao Miguel Torga? Isto coloca problemas concretos ou não?

No Aérodromo, no Bissaya Barreto, há um problema concreto ou não?

E sobre isso, o Município, explicitamente diz, que há este problema! Colocar isso de novo, ao concerto dos Presidentes de Câmara e da Comunidade Intermunicipal e fazer valer o seu argumento que não seja só, na peleja judicial.

Que estratégia é esta? É de irmos contra os Presidentes de Câmara? É de retaliação aos presidentes de câmara da região e do distrito? É de irmos para tribunal? Ou de passarmos o nosso mandato a fazermos deliberações destas? Partilho a minha máxima solidariedade.

### **Intervenção do Deputado municipal Ferreira da Silva (PS):**

Parece-me que o problema está a ser deslocado naquilo que é essencial do ponto de vista técnico. Recolho do ponto de vista técnico das palavras referidas aqui, na última Assembleia. Enquanto eu dizia que aquela deliberação da Assembleia Municipal, não tinha eficácia, utilizava os termos da lei, o Senhor Deputado, ia mais longe do que eu, dizia que, ela era inesistente. Ora, é exactamente o que diz o despacho que agora tomamos conhecimento! Não existe nenhuma deliberação da Assembleia! Ora, quando não existe, os bens deferem-se, em primeiro lugar, para a comunidade, depois, para o Município capital de distrito. Mas, a entidade receptora, tem que comunicar ao Governo, que aceita! E tem que fazer uma comunicação em determinados termos, ou seja, tem de dizer que aceita a universalidade totalmente, não pode ser parcial, porque pode ser algum “*presente envenenado*”, por exemplo, pode haver obras de conservação que a Intercomunidade tem que passar a fazer, no Aerodromo e, já não o Município de Coimbra. É exactamente o que diz a deliberação, que nós



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

queremos saber o que é que diz, essa comunicação? Foi de todo ou em parte? Foi com reserva ou sem ela? Para o Município de Coimbra poder reenviá-la, à Comunidade Intermunicipal, investimentos em determinado património, que por exemplo, o Município de Coimbra está a explorar, quíça, nos pinhais do Aerodromo. Tem que haver um caminho, para habilitar e dar um instrumento!

### **Intervenção do Deputado municipal José Bandeirinha (CpC):**

Na sequência daquilo que foi dito pelo Senhor Deputado Nuno Freitas, suscitou-se-me duas ou três questões. Uma delas, e sem querer entrar na especificação técnico-jurídica, táctica, se quisermos, porque acho que deve ela deve ser definida, como foi dito e deve ser avançada, e devemos todos avançá-la e, estamos todos em uníssono nisso, aliás como o próprio documento o prova. Mas nós sabemos também que, historicamente o património da Assembleia Distrital, tem um conceito patrimonial e, um determinado conceito político-patrimonial que foi feito, não vou aqui referir-me a ele porque, ele é feito ao longo do século XX, é construído, com uma ideia estratégica, para a cidade e para o território. Essa ideia estratégica para a cidade e para território, podemos estar contra ela, mas temos que estar abertamente contra ele, não nos podemos refugiar, temos que dizer o que é que queremos. Essa ideia cria em Coimbra, um prolongamento de uma determinada capitalidade histórica, que lhe é conhecida, matricial e cultural. Portanto, ou a CIM em meu entender, tem uma estratégia para esse património, com esse intuito, nem que seja, para o destruir, nem que seja para dizer, ou não serve, temos de criar outra coisa, vamos criar uma polarização como 19 capitais de região, ou para fazer outra coisa qualquer. Não tê-lo é criminoso, porque há um património que foi construído historicamente com esse sentido, e que neste momento não tem dever nenhum histórico. A tal universalidade do bem, perdeu-se completamente.

Em segundo lugar, acho que a Câmara Municipal de Coimbra e, nomeadamente o Presidente do executivo da Câmara Municipal de Coimbra, tem uma presença na CIM, e todos nós, esperamos dele a capacidade de liderar esse sistema como o Presidente do município mais populoso que está no centro. Que tem o próprio nome. Independentemente de qualquer espécie de segregação, para os 19 municípios, que todos juntos teriam mais valor se o próprio centro do sistema territorial, fosse valorizado.

Ao contrário do que pensam muitos municípios que estão sempre a competir, sempre a dizer: *“Quanto mais polarização urbana houver no seu centro...”*, nós vemos pelas áreas metropolitanas porque é que elas são tão preteridas, ou seja, preferidas pelo poder central, porque capitalizam, no seu núcleo, no seu centro, uma área densamente populacional, uma área com capacidade de centralizar.

Se os municípios reconhecessem isso, saíam talvez da periferia, em que todos estamos neste momento. Talvez fosse a forma de saírem dele.

Acho que a nossa posição, para além de táctica jurídica, deve ser também a de pugnar junto do Governo e junto das instâncias, por esta questão, que é uma questão ideológica.

É perceber a circunstância patrimonial da construção deste acervo e pugnar por ela ou contra ela. Agora sermos amorfos, em relação a ela, é que não!

Gostava de perguntar à CIM, se existisse um poder executivo na CIM *“o que é que pensa fazer, que plano tem para aquele património concreto?”*

Para tudo. Não só para o que está no concelho de Coimbra.

### **Intervenção do Deputado municipal Manuel Rocha (CDU):**

Nós consideramos que, a constituição da CIM acaba por ofender um princípio que nós consideramos sagrado que é o princípio da elegibilidade de todos os órgãos. Nós sempre contestámos a existência da própria comunidade. Parece-nos que estamos perante uma situação, que é mais ou menos, comparável *“a uma partilha de irmãos desavindos”*, e não é nada disso que se trata.

Há um património que de facto, foi herdado pelos sítios onde ele reside e que relativamente ao qual tem de haver decisões políticas que façam com que essa apropriação colectiva, se faça de facto.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

A verdade é que nalguns documentos que fomos consultando, de repente há património que se perde, e nós sabemos que existe até na posse de fundações e de outras instituições, que existe vários património que ficou nas sobras! Aquilo que se trata aqui, é de apropriação indevida de património. E quando nós ouvimos falar de Instituto Miguel Torga...

Quando ouvimos falar de outras instituições, de nomes sonantes, estamos a falar de prédios, de terrenos, estamos a falar de património de coisas que se vendem, e que se forem vendidas a custo zero, para o comprador é bom negócio.

Aquilo de que estamos a falar é qualquer coisa muito obscura e relativamente à qual nós precisamos de esclarecimento de facto.

Esta Assembleia Municipal tem toda a legitimidade de pedir esclarecimento, relativamente a objectivos económicos até, como por exemplo, o Aeródromo, que se for outra a política municipal e a política nacional, poderá até ser um objectivo importante, para a nossa região.

Agora, aquilo que está perante nós é um acto de apropriação. Penso que esta chamada de atenção, este alerta da Assembleia Municipal, é justificada. Ao fim e ao cabo, compete-nos a nós gerir aquilo que é de todos. E aquilo que é de todos, não pode ser só de alguns!

Relativamente a isso, pensamos nós, na bancada CDU, tem havido, no que diz respeito à água, no que diz respeito a outras questões, esta Assembleia Municipal tem tido uma postura correcta, uma postura de zelar por aquilo que é o interesse da comunidade. Em relação a esta questão, também tudo o que podermos delongar, aquilo que são soluções más até às últimas consequências, isto é, sejam jurídicas, sejam outras quaisquer, enquanto podermos saber o que é que se passa, é tempo ganho.

Pensamos que esta questão, é uma questão de princípio e portanto, não a podemos abandonar.

### **Intervenção do Deputado Municipal Nuno Freitas (CPC):**

A solução das Comunidades Intermunicipais, da passagem do património das assembleias distritais para as municipais, foi a solução padrão em todo o território. E esse facto não é menor. À excepção de Lisboa, que negociou previamente e não deixou chegar a este ponto. E por isso também, é que levantei a questão da tal concertação regional, porque de facto, nós... estamos de facto um pouco em perda!

Lisboa conseguiu fazer isso! Retirou-se desta discussão, o resto não fez... A norma geral do Governo, típica foi “*vai para as Comunidades Intermunicipais*”. Ainda para mais, a nossa, votou a dizer que sim, portanto, mais reforçou.

Do ponto de vista macro, a solução das Comunidades Intermunicipais foi a solução padrão, no território nacional.

**O Presidente da Assembleia Municipal**, informou que só falta aqui uma pequena observação que é sobre o inciso que o Dr. Sampaio e Nora colocou na parte final da sua intervenção, em que ele defenderia que, depois de tudo o que lá está, também se acrescentasse qualquer coisa, relativo à via judicial. Agora “*o qualquer coisa*” é que não se chegou a definir. Porque há duas maneiras de o fazer: Ou se põe lá, ou não se diz! Se não tivermos uma resposta minimamente satisfatória. Senhores Deputados, eu, pessoalmente acho que sim. Peço ao Senhor Deputado Sampaio e Nora, que redigia o ponto 5.

Estamos de acordo com o espírito daquilo que o Senhor Deputado Sampaio Nora propõe.

Sendo assim, penso que estamos em condições de por à votação, baseado no princípio da boa-fé a resolução que foi apresentada, mais o acrescento oral que ele vai redigir que será o *ponto 5*.

### **Deliberação nº 48/2015 (30/09/2015)**

A Assembleia Municipal deliberou, *por unanimidade, aprovar o Património da Assembleia Distrital de Coimbra, afectado à CIM-Região de Coimbra, pelo despacho 3778/2015 de 18 de*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

**Março, do Secretário de Estado da Administração Local - Avaliação patrimonial e legal da situação criada, com o acrescento do Deputado Sampaio Nora, ao Ponto 5.**

*Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.*

### **5- Acta da sessão de 29 de Abril de 2015**

#### **Deliberação nº 49/2015 (30/09/2015)**

A Assembleia Municipal deliberou, *por maioria*, com 46 votos a favor e 1 abstenção, aprovar a acta da sessão de 29 Abril de 2015.

E sendo vinte horas, o Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal, para posterior aprovação.